

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

ANTROPOLOGIA JURÍDICA

Código: HDP001

Carga horária: 60 h./aula

Créditos: 04

PROGRAMA

Ementa:

Estudo introdutório da Antropologia - ciência do conhecimento sob o ponto de vista biocultural. Noções gerais e elementares de antropologia biológica e sócio-cultural.

Unidades Programáticas:

Unidade 1: Antropologia Biológica

- 1.1 - Conceitos, subdivisões, metodologia.
- 1.2 - A evolução do Homem (revisão).
- 1.3 - Fatores que influenciam o desenvolvimento humano.
- 1.4 - As raças atuais - Fatores de diferenciação.
- 1.5 - Raças atuais. Características e distribuição geográfica dos grandes "stocks" raciais.

Unidade 2: Antropologia Cultural

- 2.1 - Cultura e povo: conceitos básicos.
- 2.2 - Homem, cultura e sociedade.
- 2.3 - Alguns aspectos da cultura.
- 2.4 - Dinâmica cultural.
- 2.5 - Cultura material x cultura não material.

Unidade 3: Introdução à Antropologia Social

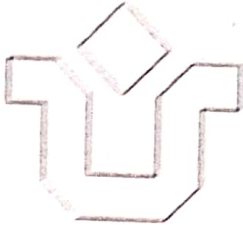
- 3.1 - Antropologia Social: conceitos, subdivisões, metodologia.
- 3.2 - Organização Social: idade, geração e sexo.
- 3.3 - Organização Política: relações de poder.
- 3.4 - Aspectos atuais das relações grupais.

Unidade 4: Antropologia Social

- 4.1 - Antropologia Urbana
- 4.2 - Sistemas de Valor.
- 4.3 - Elementos de ordem mental e seus reflexos na sociedade.
- 4.4 - Antropologia e museologia: princípios e relações.

Bibliografia:

- BEALS, H. y HOIGER, H. *Introducción a la Antropología.*
KELSING, Felix. *Antropologia Cultural.*
LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural I e II.*
MAIR, Lucy. *Introdução à antropologia social.*
SAHLINS, Marshal. *Cultura e razão prática.*
VELHO, Gilberto. "Cultura e sociedades complexas". *Revista Artefato* nº 1.



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DO DIREITO I

Código: HJF002

Carga horária: 60 h./a.

Créditos: 04

PROGRAMA

Objetivo: O programa de Introdução à Ciência do Direito I visa preparar o aluno para utilizar os conceitos jurídicos essenciais na observação de fenômenos relevantes.

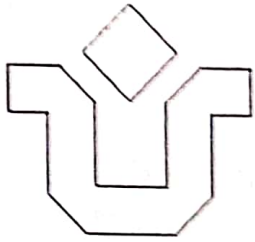
1. Conceito de Direito. Doutrinas
2. Direito e Ciência. Direito e Ciências Sociais
3. Direito e Lei. O conceito de Norma Jurídica
4. Direito e Justiça. A questão jurídica do fato social
5. A Relação Jurídica. A Estrutura da Norma Jurídica
6. Direito Objetivo e Direito Subjetivo. Conceito e Aplicação
7. O Ilícito e a Sanção Jurídica. Direito e Controle Social
8. Direito Substantivo e Direito Adjetivo
9. Os Sujeitos de Direito. Personalidade Jurídica e Capacidade
10. Atos Jurídicos. O Fato Jurídico e suas Características

Bibliografia

BASTOS, Aurélio Wander. *Introdução à Teoria do Direito*. Liber Juris. RJ, 1992.

MACHADO NETO, Al. *Compêndio de Introdução à Ciência do Direito*. Saraiva, SP, 1994.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Introdução ao Estudo do Direito*. Forense, RJ, 1990.



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA

Código: HJF 001

Carga horária: 60 h./aula

Créditos: 04

EMENTA

Teoria política clássica. A divisão de Poderes. Montesquieu. O Contrato Social. Rousseau. As modernas correntes políticas. Conceitos fundamentais.

PROGRAMA

1- Teoria Política e Absolutismo
Maquiavel - Bodin - Hobbes

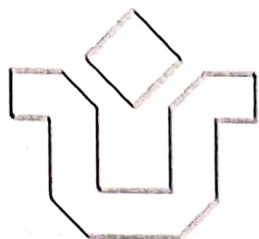
2- A crítica ao Absolutismo
Locke
A Divisão do Poder em Montesquieu
O Contrato Social de J.J. Rousseau

3- Reflexos da Revolução
Alexis de Toqueville

4- As modernas Correntes Políticas
Karl Marx e Friedrich Engels
O Estado e a Revolução - Lenin
Meim Kampf, de Adolf Hitler
O Neo-Liberalismo

BIBLIOGRAFIA

- AZAMBUJA, Darcy. Introdução à Ciência Política. 5ª ed. Porto Alegre-Rio de Janeiro, Globo, 1985.
- BODIN, Jehan. Os seis livros da República.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques. As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias. 3ª ed. Rio de Janeiro, Agir, 1986.
- CONSTANT, Benjamin. Princípios políticos constitucionais. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1989.
- HITLER, Adolf. Mein Kampf. (Minha luta)
- HOBBS, Thomas. O leviatã.
- LENIN (Wladimir Iliitch Oulianov). O Estado e a Revolução.
- LOCKE, John. Ensaio sobre o Governo Civil.
- MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. O manifesto do Partido Comunista.
- MONTESQUIEU, O Espírito das Leis.
- MOSCA, G. História das doutrinas políticas. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- ROSSEAU, J.J. Do contrato social.
- SIEYÉS, Emmanuel Joseph. A Constituinte burguesa (Qu'est-ce le Tiers État?) Rio de Janeiro: Liber Juris, 1988.
- TOCQUEVILLE, Alexis. A democracia na América.
- WEFFOR, Francisco C. (Org.) Os clássicos da política. 3ª ed. São Paulo, Ática, 1981.



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

ADMINISTRAÇÃO I

Código: FCS 048

Carga horária: 60H.

Créditos: 04

PROGRAMA

I - INTRODUÇÃO

Apresentação do programa

II- EVOLUÇÃO DA TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES

Prática e Teoria

III- A FUNÇÃO DE O&M E O ADVOGADO

IV- ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

V- A TECNOLOGIA DA SIMPLIFICAÇÃO DO TRABALHO

VI- ANÁLISE MACRO-ORGANIZACIONAL

OBJETIVO

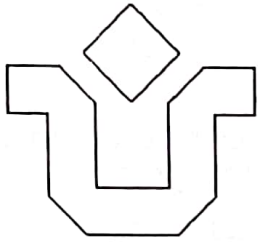
Apresentar a função administrativa, sob a ótica da análise organizacional considerando a evolução da teoria administrativa.

METODOLOGIA

Os tópicos serão desenvolvidos por meio de aulas expositivas, análises de casos, elaboração de exercícios e discussão em sala de aula.

BIBLIOGRAFIA

Será dada em sala de aula.



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Código: HJF 016

Carga Horária: 60h./aula

Créditos: 04

ECÔNOMIA POLÍTICA I

I - O Pensamento Econômico da Antigüidade ao Século XVIII

- Antigüidade; Grécia e Roma
- Idade Média
- Mercantilismo

II - A Doutrina Liberal

- Fisiocratas
- Escola Clássica: Smith, Malthus e Ricardo

III - Aspectos Gerais da Escola Neoclássica

- Procura. Oferta e Gastos
- Renda. Emprego e Salários. Juros

IV - A crise de 29 e o Pensamento Econômico

- A revolução keynesiana - a crise da Doutrina Neoclássica
- Os países periféricos e a CEPAL

BIBLIOGRAFIA

Introdução à História Econômica do Ocidente

A.L. Browne
Civ. Brasileira
1970

História das Doutrinas Econômicas

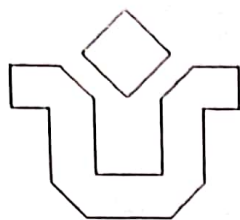
P. Hugon

Ed. Atlas
1980

Economia e Ideologia
R.L. HEEK
Ed. Zahar
1971

Smith, Ricardo, Marx
A.C. NAPOLEONI
Graal

As doutrinas econômicas
J. LAJUGIE
Difel
1976



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

SOCIOLOGIA GERAL

Código: FCS 051
(ant. FCS 027)

Carga Horária: 60 h./aula

Créditos: 04

PROGRAMA

Ementa:

O campo do conhecimento sociológico. A sociologia atual: principais problemas teóricos e metodológicos, linhas de pesquisa. A organização da sociedade: as conexões básicas entre o político e a estrutura da sociedade. Vertentes fundamentais da sociologia brasileira.

Unidades Programáticas:

Unidade 1: O Conhecimento sociológico: objeto e métodos da sociologia.

1.1 - O objeto do conhecimento sociológico.

1.2 - O nascimento das ciências sociais: contextualização histórica.

1.3 - Os problemas da sociologia: os métodos, influências das ciências exatas e naturais; o método comparativo; os aportes da antropologia.

1.4 - A produção do conhecimento sociológico: método e diferentes visões de sociedade (através de pesquisas).

Unidade II: A Organização da Sociedade.

2.1 - Poder e Estado: as sociedades primitivas e as sociedades de Estado.

2.2 - Poder, Estado, Hegemonia: classes sociais e mudança social.

Unidade III: A Sociologia Brasileira.

3.1 - Contribuições teóricas.

3.2 - Abordagens da formação da sociedade de classes no Brasil.

3.3 - A sociologia rural.

3.4 - Análises da modernização da sociedade.

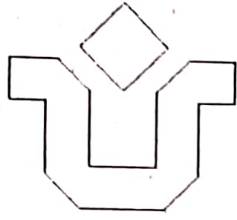
3.5 - Estudos do cotidiano das camadas populares.

Bibliografia:

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

BOTTOMORE, T.B. **Introdução à Sociologia**. 9. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Trad. Sérgio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo, Perspectiva, 1974 (Coleção Estudos, 20).



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DO DIREITO II

Código: HJF003

Carga horária: 60 h./aula

Créditos: 04

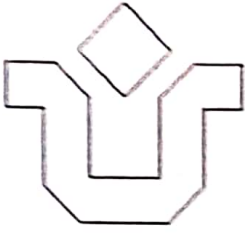
PROGRAMA

Objetivo: Programa de Introdução à Ciência do Direito II visa a formar no aluno uma concepção do Direito como fenômeno jurídico global tendo em vista o desenvolvimento coordenado do raciocínio jurídico.

1. O Sistema Jurídico. Origens Conceituais e evoluções históricas.
2. A Teoria da Ordem Jurídica. Estrutura e Método.
3. Validez e Eficiência. Vigência.
4. A Norma Fundamental. Preâmbulo e Princípios Constitucionais.
5. Plenitude da Ordem Jurídica.
6. Lacunas da Ordem Jurídica. Teorias.
7. Conflitos Normativos e Mecanismos de Solução.
8. Fontes do Direito.
9. Hermenêutica e Conhecimento Jurídico.
10. Direito e Poder Judiciário. Organização Judiciária Brasileira.

Bibliografia:

- BASTOS, Aurélio Wander. *Introdução à Teoria do Direito*. Liber Juris, RJ, 1992.
- MACHADO NETO, Al. *Compêndio de Introdução à Ciência do Direito*. Saraiva, São Paulo, 1984.
- GUSMÃO, Paulo Dourado. *Introdução à Ciência do Direito*. Forense, RJ, 1990.



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

TEORIA GERAL DO ESTADO

Código: HJF 010

Carga horária: 60h./aula

Créditos: 04

PROGRAMA

OBJETIVO GERAL

Capacitar o aluno a refletir sobre as principais doutrinas políticas do Estado

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I - Teoria Clássica do Estado Liberal

- 1.1 Fundamentos da Teoria Clássica
- 1.2 Concepções contratualistas do Estado

Unidade II - Teorias contemporâneas do Estado Liberal

- 2.1 Teorias elitistas
- 2.2 Teorias pluralistas

Unidade III - Teorias marxistas do Estado

- 3.1 Teorias economicistas ou epifenomenais
- 3.2 Teorias historicistas
- 3.3 Teorias instrumentalistas ou voluntaristas
- 3.4 Teorias estruturalistas

Unidade IV - Estado e Ordem Jurídica

- 4.1 Conexões básicas entre Estado e Ordem Jurídica
- 4.2 Visões críticas contemporâneas dessa matéria

BIBLIOGRAFIA

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Teoria do Estado e Ciência Política. São Paulo: Saraiva, 1986.

BONAVIDES, Paulo. Teoria do Estado. São Paulo: Saraiva, 1990.

CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. 2ª edição, São Paulo: Campinas, 1988.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 1991.

12

PROGRAMA DE DISCIPLINA

CURSO:
DEPARTAMENTO: Departamento de História
DISCIPLINA: História do Direito
CRÉDITOS:

PRÉ-REQUISITOS:

CO-REQUISITOS:

EMENTA:

Problemas teórico-metodológicos e historiográficos da História do Direito. Estruturas e sistemas jurídicos nas diferentes culturas. Evolução do sistema jurídico romano-germânico e do direito luso-brasileiro, mediante a análise dos documentos jurídicos. Evolução dos principais institutos.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Objetivo geral: Apresentar e discutir, em linhas gerais, as principais questões relativas à História do Direito, considerando a evolução dos sistemas jurídicos e dos principais institutos.

Objetivos específicos:

1. Obter uma noção da estrutura básica do Direito, considerando a evolução dos institutos.
2. Aplicar os conhecimentos da evolução dos institutos aos direitos humanos.
3. Definir as características fundamentais dos diversos institutos jurídicos, de forma a fornecer subsídios para a compreensão de sua importância na formação da sociedade brasileira.

PLANO DE DISCIPLINA - CONTINUAÇÃO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO :

1. História do Direito: aspectos epistemológicos, metodológicos e historiográficos.

UNIDADE I

2. Estruturas e sistemas jurídicos nas diferentes culturas: evolução conjuntural, fontes e "monumenta".

2.1. Os direitos dos povos sem escrita

2.2. Os direitos do Antigo Oriente Próximo

2.2.1. Direito egípcio.

2.2.2. Mesopotâmia

do 2.2.2.1. - Direito sumério - Código de Ur- Namu, Leis de Eshunna, Leis
Rei Lipit-Ishtar

2.2.2.2. - Direito Babilônico - Código de Hammurabi

2.2.2.3. - Direito Assírio

2.2.3. - Direito hebraico, Direito hitita, Direito hurrita, Direito elamita, Direito persa.

2.3. - O direito nas civilizações clássicas

2.3.1. Direito grego - Reformas de Drácon e Sólon.

2.3.2. Direito romano - Leis das XII Tábuas, Compilação de Justiniano

2.4. - Direito medievais - Direito Germânico
Direito Canônico

2.5. - O Direito da Common Law e sua evolução.

2.5.1.- Direito inglês - Magna Carta e Declaração de Direito de 1689

2.5.2. - Direito dos Estados Unidos da América

2.6. - Direito Francês - Revolução Francesa e a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão.

2.7. Direito Português - Ordenação Afonsinas, Manuelinas e Filipinas.

2.8. Direito Brasileiro -

2.8.1. - A Codificação Civil - Teixeira de Freitas e Clóvis Bevilacqua.

2.8.2. - As Constituições Brasileiras -Direitos Humanos

2.9. - Os Direitos Socialistas no Século XX

2.10 - Os Direitos não-ocidentais:

2.10.1. - O Direito Muçulmano - O Alcorão

2.10.2. - Direito na China

2.10.3. - O Direito na Índia - Código de Manu

2.10.4. - O Direito no Japão

2.10.5. - Os Direitos Africanos

UNIDADE II

3. Evolução e comparação dos principais institutos; continuidade e ruptura (direitos romano, germânico, common law, romanista e brasileiro).

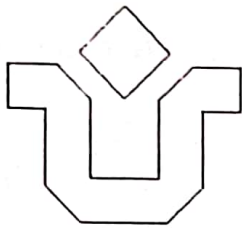
- 3.1. - Direito de Família
- 3.2. - Direito Sucessório
- 3.3. - Direito das Coisas - propriedade e posse
- 3.4. - Direito das Obrigações - obrigações e contratos
- 3.5. - Prova
- 3.6. - Direito Penal - Beccaria

BIBLIOGRAFIA:

- DAVID, René - Os grandes sistemas do direito contemporâneo, São Paulo, Martins Fontes, 1986;
- ELLUL, Jacques, Histoire des Institutions, Paris, PUF, 1986 - 5 volumes;
- GILISSEN, John - Introdução Histórica ao Direito - Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988;
- WIEACKER, Franz - História do Direito Privado Moderno, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980;
- ASCENSÃO, José de Oliveira - O Direito - Introdução e Teoria Geral, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª. edição, 1983;
- VALLADÃO, Haroldo - História do Direito, especialmente do Direito Brasileiro, Rio, Freitas Bastos, 1980;
- GUSMÃO, Paulo Dourado de - Introdução à Ciência do Direito - Rio/São Paulo - Forense, 7ª. edição revista, 1976;
- NASCIMENTO, Walter Vieira do - Lições de História do Direito - Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979;
- ALTAVILA, Jayme - Origem dos Direitos dos Povos, edições Melhoramentos, 1963, São Paulo;
- COULANGES, Fustel de, A Cidade Antiga, São Paulo, Hemus, 1975
- LIMA, João Batista de Souza, Rio de Janeiro, Forense, 1983
- RAO, Vicente, O Direito e a Vida dos Direitos, São Paulo, Editora Resenha Universitária, 1976;
- ARAGÃO, Selma Regina - Direitos Humanos - Do mundo antigo ao Brasil de todos - Rio de Janeiro, Forense, 1990;
- WOLKMER, Antonio Carlos - Fundamentos de História do Direito - Livraria Del Rey - Editora - Belo Horizonte, 1996.

Assinatura do Titular ou Professor Responsável:

15



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

ECONOMIA POLÍTICA II

Código: HJF 017

Carga horária: 60 h./aula

Créditos: 04

PROGRAMA

Objetivo Geral

Capacitar o aluno a dominar o instrumento conceitual necessário à compreensão dos problemas atuais da economia e da legislação brasileira pertinente.

Conteúdo Programático

Unidade I - A Concorrência Imperfeita e o Abuso do Poder Econômico

- I.1 Trustes e Cartéis - definições
- I.2 Os objetivos das Leis de Concorrência
- I.3 A concorrência desleal
- I.4 A defesa do consumidor

Unidade II - O Intervencionismo Econômico

- II.1 A proposta socialista
- II.2 A teoria Keynesiana
- III.3 O debate atual

Unidade III - Inflação, Balanço de Pagamentos e Sistema Financeiro

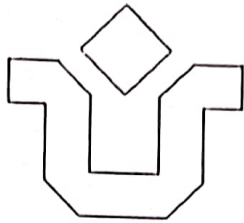
- III.1 Inflação
- III.2 Balanço de Pagamentos
- III.3 Sistema Financeiro

Bibliografia

CASTRO, José Nivaldo de. Introdução ao Estudo do Balanço de Pagamentos.
MIMEO FEA/UFRJ.

ROSSETTI, Paschoal. Introdução à Economia. Ed. Atlas.

_____. Moedas e Bancos. Ed. Atlas.



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

SEMINÁRIO I

Código: HDP 004

Carga horária: 60H.

Créditos: 04

PROGRAMA

INSTITUTOS JURÍDICO-POLÍTICO CONSTITUCIONAIS

UNIDADE I - História dos Institutos

- I.1 - Introdução da temática
- I.2 - Aspectos históricos dos institutos jurídicos
- I.3 - Aspectos históricos dos institutos políticos

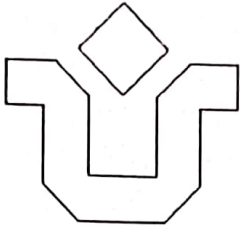
UNIDADE II - Os Institutos Constitucionais

- II.1 - História das Constituições
- II.2 - A Constituinte Burguesa
- II.3 - Princípios constitucionais de Benjamin Constant
- II.4 - A Constituição política de Ferdinand Lassale

UNIDADE III - Estudo comparado dos aspectos constitucionais

- III.1 - Aspectos comparativos entre a Constituinte burguesa/Princípios constitucionais e Constituição Política.

18



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO CIVIL I

Código: HDP 013

Carga horária: 60H.

Créditos: 04

PROGRAMA

Parte Geral

I- O DIREITO CIVIL E SEU ESTUDO; FILOSOFIA, HISTÓRIA E DOGMÁTICA DO DIREITO.

II- A ORDEM SOCIAL E A ORDEM JURÍDICA - História e dogmática do Direito.

III- NORMA JURÍDICA - Conceito; Estrutura interna: o comando e a sanção. Envólucro e conteúdo: social, moral, biológico, econômico, ideológico, psicológico, etc.

IV- CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS.) 100

V- FONTES DO DIREITO - Fontes formais e fontes materiais. 100/1

VI- LIMITES ESPECIAIS DA NORMA JURÍDICA - Territorialidade, temporariedade. 115

VII- VIGÊNCIA DA LEI NO TEMPO. 115

VIII- IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. (,)

IX- INTERPRETAÇÃO DAS LEIS. |

X- RELAÇÕES JURÍDICAS - Sujeitos, objetos e vínculos. | 100

XI- O DIREITO SUBJETIVO - Faculdade. Classificação. Direito subjetivo absoluto e Direito subjetivo relativo. 100

XII- ESTUDO DAS PESSOAS, ESTADO CIVIL E REGISTRO DE SEUS ATOS.

XIII- PERSONALIDADE E CAPACIDADE.

XIV- PESSOA JURÍDICA - Conceito, classificação e técnica.

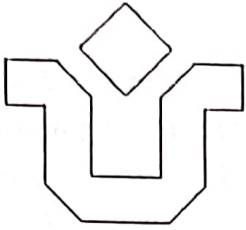
XV- DIREITOS PATRIMONIAIS E CLASSIFICAÇÃO - Bens. Bens reciprocamente considerados.

XVI- AQUISIÇÃO, MODIFICAÇÕES E EXTINÇÃO DOS DIREITOS. 19

- XVII- FATO JURÍDICO - Fato e ato.
- XVIII- ELEMENTOS DO ATO JURÍDICO - Elementos essenciais. Elementos naturais. Elementos acidentais. Ato jurídico e sua forma.
- XIX- VALIDADE DO ATO JURÍDICO.
- XX - DEFEITOS DO ATO JURÍDICO - Defeitos da vontade : Ignorância e erro; dolo; coação psicológica irresistível. Defeitos sociais: simulação e fraude contra credores.
- XXI - MODALIDADE DO ATO JURÍDICO. CONDIÇÃO.
- XXII - TERMO E MODO OU ENCARGO. COMPUTO DO TERMO.
- XXIII - EFICÁCIA DO ATO JURÍDICO. NULIDADE E ANULABILIDADE - Causas e efeitos. Rescisão. Revogação.
- XXIV - ATOS ILÍCITOS - Ilícito civil e ilícito penal. Dolo e culpa. Inadimplemento e responsabilidade extra negocial.
- XXV- ABUSO DE DIREITO. ATO EMULATIVO.
- XXVI- DEFESA DOS DIREITOS. LESÃO DO DIREITO E RESPONSABILIDADE.
- XXVII- DIREITO E AÇÃO. PROVA DOS ATOS JURÍDICOS.
- XXVIII- PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.

BIBLIOGRAFIA

- 1- DANTAS, San Tiago. Programa de Direito Civil : Parte Geral. Editora Rio.
- 2- RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. Volume 1, Saraiva.
- 3- RUGGIERO, Roberto de. Instituições de Direito Civil. Parte 1, Saraiva.
- 4- SILVA PEREIRA, Caio Mário. Instituições do Direito Civil. Forense, 1993.



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

INTRODUÇÃO À JURISPRUDÊNCIA

Código: HJF 028

Carga horária: 60 h./aula

Créditos: 04

EMENTA

O Direito como Ciência. Norma jurídica, Interpretação e Hermenêutica. Fontes do Direito: material, formal e não formal. A Jurisprudência como Fonte do Direito. Efeito Vinculante. Jurisprudência e a Instituição da Justiça. Acesso à justiça: problemática e soluções vertentes. O papel e a Importância da Jurisprudência no Contexto Jur

PROGRAMA

1- Do Direito como Ciência: conceito de ciência, âmbito de atuação da realidade científica e classificação binária das ciências. O Direito como ciência social e hermenêutica jurídica.

2- Da norma jurídica: conceito, classificação e objeto. O substrato e a estrutura da norma jurídica. A norma jurídica e a Ciência do Direito. Planos e âmbitos do conhecimento jurídico. Tridimensionalismo do Direito e outras vertentes a respeito do tema. A abordagem filosófica e científica do Direito. Os problemas e os enfoques do Direito e da Realidade Jurídica.

3- Da interpretação da Norma Jurídica: interpretação e hermenêutica. Planos metodológicos da interpretação da norma jurídica. Interpretação autêntica, doutrinária e judicial. Interpretação gramatical, racional, sistemática, histórica e sociológica. Interpretação declarativa, extensiva e restritiva.

4- Das Fontes do Direito: fontes filosófica, sociológica, histórica e técnico-jurídica. Fontes material, formal e não-formal. Análise da jurisprudência como fonte do Direito.

5- Da Jurisprudência como Fonte do Direito: posição vertente no âmbito do Direito.

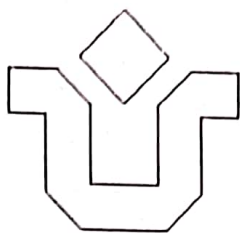
6- Da Jurisprudência como Realidade do Direito: jurisprudência normativa (stare decisis): judge made law; tendencial (precedentes): justiça do caso concreto; sumulada (unificação jurisprudencial): teses jurisprudenciais oriundas da análise do caso concreto; jurisprudência in abstracto: inconstitucionalidade ou interpretação de lei ou ato normativo.

21

7- Do Efeito Vinculante: conceito, objeto e natureza jurídica. Análise do efeito vinculante previsto na EC-3/93.

8- Da Jurisprudência e Da justiça: a Justiça como instituição. Organização Judiciária atual. Instâncias e graus de jurisdição. Importância na realidade jurídica contemporânea.

9- Do Acesso à Justiça: problemática e soluções vertentes. O papel e a importância da jurisprudência no contexto jurídico atual. Jurisprudência vinculativa, indicativa e orientadora. Avocatória.



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO CONSTITUCIONAL I

Código: HDP011

Carga Horária: 60 h./aula

Créditos: 04

PROGRAMA

- I - O Direito Constitucional
- II - Teoria da Ordem Jurídica
Pressupostos Políticos e Constitucionais
- III - A Constituição e o Poder Constituinte
- IV - As modernas tendências do Direito Constitucional
- V - Evolução do Constitucionalismo Brasileiro
- VI - As Garantias de Direitos Individuais, Coletivos, Difusos e Sociais

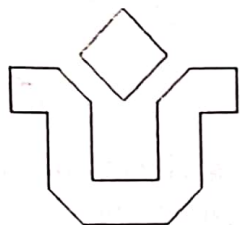
Bibliografia:

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 8ª edição revista, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo, Saraiva, 1990.

BONAVIDES, Paulo. **Direito Constitucional**.

23



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

CONTABILIDADE I
(ADMINISTRAÇÃO II)

Código: FCS 049

Carga horária: 60 h./aula

Créditos: 04

EMENTA

Evolução dos Sistemas contábeis
Aplicação dos preceitos contábeis

OBJETIVOS GERAIS

Caracterizar o campo da aplicação da contabilidade
Familiarizar o aluno com a terminologia contábil e seus métodos de escrituração e contabilização

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Aspectos jurídicos, econômicos e específicos do patrimônio
Aplicação de conceitos contábeis
Introdução aos métodos da análise e auditoria de balanços

UNIDADES PROGRAMÁTICAS

- 1- A contabilidade e seu campo de aplicação
- 2- Patrimônio
- 3- Contas e Partidas
- 4- Instrumento de levantamento contábil
- 5- Introdução á análise de balanço e auditoria

OBJETIVO DAS UNIDADES

- 1a. Unidade: Definir os setores abrangidos pela contabilidade, bem como seus conceitos, objetivos, fins e meios; identificar os diversos tipos de empresas quanto a sua forma jurídica.
- 2a. Unidade: Conceituar e definir patrimônio, mostrando seus aspectos jurídicos econômico e específicos; Mostrar o patrimônio como fundo de valores (ativo, passivo e situação líquida) e como fluxo de financiamento e investimento (origem e aplicação de recursos).
- 3a. Unidade: Conceituar e definir o mecanismo de débito e crédito, plano de contas, sistema de escrituração e as fórmulas de lançamentos contábeis.
- 4a. Unidade: Analisar os diversos tipos de levantamento contábil, conceituando, mostrando suas finalidades e classificação (inventário, orçamento, demonstração contábil e balanço).
- 5a. Unidade: Utilização de indicadores para análise de balanços e conceitos de auditagem das contas e demonstrativos contábeis.

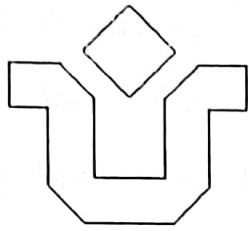
MATERIAL DIDÁTICO E METODOLOGIA

Livros, apostilas, retro-projetor e quadro de giz.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Bernadetti, Roberto. Contabilidade Técnica e prática. São Paulo, Scipione Ltda.
Corrêa, Arsênio Eduardo. Contabilidade, O desenvolvimento do raciocínio contábil.
São Paulo, Scipione.

25



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO PENAL I

Código: HJF 008

Carga horária: 60H.

Créditos: 04

PROGRAMA

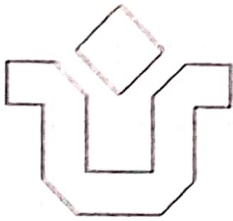
- 1- Introdução ao Direito Penal. Conceito. Estrutura. Funções.
- 2- Direito Penal e Direito Constitucional. Princípios de Direito Constitucional. Princípios de Direito Constitucional aplicáveis à matéria penal. Princípios de Direito Penal previstos na Constituição.
- 3- Direito Penal e Direito Processual Penal. Direito Penal e Criminologia. Direito Penal e demais ramos do Direito.
- 4- Breve notícia histórica do Direito Penal. Tempos primitivos. Antiguidade. Direito Romano. Direito Penal Comum. Movimentos humanistas. Codificações. Direito contemporâneo.
- 5- Direito Penal brasileiro. Ordenações. Código Criminal de 1830. Código Penal de 1890. Código Penal de 1940. Reforma de 1984. Movimentos de reforma atuais.
- 6- Norma penal. Noção. Estrutura. Norma penal em branco.
- 7- Aplicação da lei penal no tempo. Princípio da legalidade. Tempo do crime. Hipóteses de conflito de leis penais no tempo. Crimes permanentes e continuados.
- 8- Aplicação da lei penal no espaço. Lugar do crime. Princípios: territorialidade, personalidade ativa e passiva, defesa do bem jurídico, universalidade e representação. Princípio da reserva penal.
- 9- Impedimentos à aplicação da lei penal no espaço. Imunidades diplomáticas e parlamentares.
- 10- Extradicação: princípios, condições, a lei brasileira e a Constituição. Expulsão de estrangeiro. Eficácia de sentença estrangeira. Os prazos no Direito Penal.
- 11- Introdução à teoria do delito. Evolução histórica. O método. Conceitos de delito. Conceito analítico: ação típica, antijurídica e culpável.

Lb

- 12- Teorias da ação: causal-naturalista, finalista, social. Outras tendências.
- 13- Ação. Conceito atual. Elementos. Omissão. Ausência de ação.
- 14- Tipo. Conceito. Formação. A proteção do bem jurídico. Estrutura.
- 15- Os delitos comissivos dolosos. Tipo subjetivo. Dolo: elementos e espécies. Elementos subjetivos especiais. Relação de causalidade. Erro de tipo. Ausência de tipo.
- 16- Os delitos culposos. A estrutura do tipo. Lesão ao dever de cuidado. A imputação objetiva do resultado.
- 17- Os delitos omissivos: próprios e impróprios. Dever de garantidor. Dolo e elementos subjetivos especiais.
- 18- A antijuridicidade. Conceito e princípios. Estrutura. Elementos subjetivos de justificação. Aplicação nos delitos dolosos e culposos.
- 19- Causas de exclusão da antijuridicidade. Estado de necessidade. Legítima defesa. Exercício regular de um direito e estrito cumprimento de dever legal. Causas supra-legais: consentimento do ofendido, consentimento presumido, colisão de deveres, direito correccional.
- 20- Culpabilidade. Conceito. Concepções psicológica e normativa. Estrutura. Elementos.
- 21- Culpabilidade: a imputabilidade. Teorias. A concepção crítica. Inimputabilidade. Semi-imputabilidade. Casos especiais: emoção, paixão, embriaguez e tóxicos. A menoridade penal.
- 22- Culpabilidade: a potencial consciência do injusto. Erro de proibição direto e indireto. Outras espécies de erro.
- 23- Culpabilidade: a exigibilidade de outra conduta. Causas de exculpação: coação moral irresistível, obediência hierárquica, colisão exculpante de deveres. Causa supra-legal de exculpação.
- 24- A culpabilidade nos delitos culposos. A imputabilidade. O reconhecimento do cuidado objetivo. A evitabilidade e previsibilidade subjetiva. A consciência potencial do injusto. As causas de exculpação.

Bibliografia:

- 1 BETTI, Emilio. Interpretacion de la ley y de los actos jurídicos. Madrid: Tecnos, 1994.
- 2 CÓDIGO PENAL. Ed. coordenada por Maurício Antonio Ribeiro Lopes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.
- 3 COSTA JR., Paulo Jose da. Curso de Direito Penal. São Paulo : Saraiva, 1995. 3v.
- 4 JESUS, Damásio E. de. Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 1994. 4v.
- 5 TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios básicos de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 1995



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

SOCIOLOGIA JURÍDICA

Código: HJF 015

Carga Horária: 60 h./aula

Créditos: 04

PROGRAMA

Ementa:

Estudo do campo científico da Sociologia Jurídica: fundamentos epistemológicos, problemas e abordagens contemporâneos. Sociologia Jurídica e sua relevância no terreno da pesquisa jurídica.

Objetivo Geral:

Levar o aluno a aprofundar a compreensão sociológica do direito, proporcionando-lhe uma fundamentação crítica e teórica indispensável para a pesquisa jurídica.

Unidades Programáticas:

Unidade I: O Conceito Sociológico do Direito

- 1- Características das normas jurídicas: universalidade, abstração, obrigatoriedade e mutabilidade.
- 2- As fontes do direito de uma perspectiva sociológica.
 - 2.1- Fontes materiais e formais
 - 2.2- Os órgãos legiferantes, os costumes, a jurisprudência e a lei.
- 3- Eficácia das normas jurídicas e seus efeitos sociais.
- 4- Sociedade, conflito e pluralismo jurídico.

Unidade II: O Campo da Sociologia Jurídica: Fundamentos e Abordagens principais.

- 1- A autonomia da Sociologia Jurídica como domínio científico.
- 2- Fundamentos epistemológicos da Sociologia Jurídica
- 3- Objeto da Sociologia Jurídica
 - 3.1- Natureza e tentativas de delimitação: as contribuições de Emile Durkheim, Georges Gurvitch e Edmond Jorion.
 - 3.2- Visões contemporâneas: Reraséns Siches e Renato Treves.

28

Unidade III: Os Métodos da Sociologia Jurídica

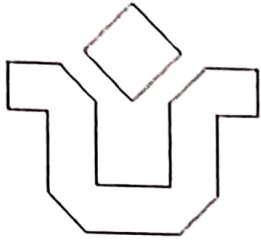
- 1- Principais métodos da Sociologia Jurídica.
- 2- A observação no estudo de sociedades contemporâneas.
- 3- O procedimento da comparação e sua importância.
- 4- A perspectiva dialética.
- 5- A crítica dos métodos tradicionais: a visão de Niklas Luhmann.

Unidade IV: Problemas e Domínios de investigação

- 1- A crise do Direito e da legitimidade política e o papel da Sociologia Jurídica.
- 2- A Sociologia da administração da Justiça: Sociologia Jurídica e crítica do Poder Judiciário.
- 3- Direito e anomia.
- 4- A Sociologia Jurídica nos vários ramos do Direito.

Bibliografia:

- 1- AUBERT, V., org. Sociology of law. 3ª ed. Harmondsworth: Penguin, 1988.
- 2- CARBONNIER, J. Sociologia Jurídica. Coimbra: Almedina, 1979.
- 3- FARIA, José Eduardo. Sociologia Jurídica. Rio de Janeiro: Forense, 1988.
- 4- FARIA, José Eduardo, org. Direito e justiça; a função social do Judiciário. São Paulo: Ática, 1989.
- 5- LUHMANN, Niklas. Sociologia do Direito. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992. 2v.
- 6- MACHADO NETO, A. L. Sociologia Jurídica. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 1987.



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO CIVIL II - Teoria Geral das Obrigações

Código: HDP 014

Carga horária: 60 h./aula

Créditos: 04

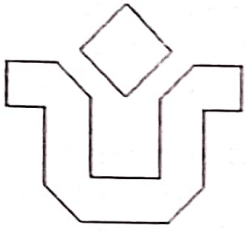
PROGRAMA

- 1- Obrigação: conceito. Elementos. Fontes das obrigações
- 2- Classificação das obrigações: critérios
- 3- Estudo específico das modalidades de obrigações
 - 3.1- Obrigações de DAR: coisa certa; incerta; obrigações pecuniárias. Obrigações de FAZER. Obrigações de NÃO FAZER. Obrigações cumulativas; alternativas.
 - 3.2- Obrigações divisíveis e indivisíveis. Perda da Indivisibilidade. Efeitos. Obrigações solidárias: espécies. Distinção entre obrigações solidárias e indivisíveis. Extinção da solidariedade. Efeitos.
 - 3.3- Obrigações modais, a termo, condicionais. Principais e acessórias. Efeitos.
- 4- Efeitos das Obrigações
 - 4.1- Execução das Obrigações
 - 4.1.1- Do pagamento: conceito e natureza jurídica. Requisitos. Tempo, lugar e prova do pagamento. Do pagamento indevido.
 - 4.1.2- Pagamento por consignação: requisitos; processo de consignação. Efeitos. Sub-rogação: conceito, modalidade, efeitos. Dação em pagamento: conceito, requisitos, efeitos.
 - 4.1.3- Imputação em pagamento: conceito, requisitos, efeitos. Novação: conceito e requisitos, espécie, efeitos. Compensação: conceito, espécies, efeitos. Transação: conceito, caracteres, modalidades. Efeitos.
 - 4.1.4- Compromisso: conceito, espécies, pressupostos. Efeitos. Confusão: conceito e requisitos. Efeitos. Remissão de dívida: conceito, modalidades. Efeitos.
 - 4.2- Inexecução das Obrigações
 - 4.2.1- Inadimplemento voluntário-fundamento da responsabilidade contratual do inadimplente.
 - 4.2.2- Mora: requisitos e efeitos jurídicos: Perdas e danos: noção, fixação da indenização, liquidação do dano. Cláusula penal: caracteres, modalidades, requisitos, efeitos.

- 5- Transmissão das obrigações: Cessão : conceito e espécies. Cessão de crédito: requisitos e efeitos. Cessão de débito: requisitos e efeitos. Cessão de contrato: requisitos e efeitos.

BIBLIOGRAFIA

- PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil. Vol. III, Ed. Forense.
GOMES, Orlando. Obrigações. Ed. Forense.
MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil - Direito das Obrigações, 1a. parte. Ed. Saraiva.
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Vol. II - Teoria Geral das Obrigações. Ed. Saraiva.
RODRIGUES, Sílvio. Curso de Direito Civil. Vol. II, Ed. Saraiva.



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO DO TRABALHO I

Código: HDP 021

Carga horária: 60H.

Créditos: 04

PROGRAMA

FORMAÇÃO HISTÓRICA. FATORES QUE A INFLUENCIAM. ASPECTOS DOUTRINÁRIOS ESSENCIAIS.

1- FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS. CONCEITO. NATUREZA JURÍDICA: INSTITUCIONAL E CONTRATUAL

2- FONTES AUTÔNOMAS E HETERÔNOMAS, ESTATAIS E EXTRAESTATAIS. PLURALISMO JURÍDICO. HIERARQUIA DAS FONTES. CONFLITOS E SOLUÇÕES. RENÚNCIA E TRANSAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO.

3- TRABALHO SUBORDINADO E AUTÔNOMO. TRABALHO EVENTUAL, AVULSO, TEMPORÁRIO. APRENDIZAGEM E ESTÁGIO. CARACTERIZAÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO. IMPORTÂNCIA DO ASSUNTO.

4- CONTRATO DE TRABALHO. FORMAÇÃO, MODALIDADES, EXECUÇÃO, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO.

5- SUJEITOS DA RELAÇÃO DE EMPREGO: O EMPREGADO E O EMPREGADOR.

6- O CONTRATO DE TRABALHO E OS CONTRATOS AFINS. INTERESSE DA DISTINÇÃO. DIFERENÇAS ENTRE CONTRATO DE TRABALHO E LOCAÇÃO DE SERVIÇOS, EMPREITADA, REPRESENTAÇÃO COMERCIAL, MANDATO, SOCIEDADE E PARCERIA.

7- ELEMENTOS E ESPÉCIES DO CONTRATO DE TRABALHO. ELEMENTOS ESSENCIAIS E ACIDENTAIS. CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO E INDETERMINADO. CONTRATO INDIVIDUAL E COLETIVO. EFEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO.

32

8- REMUNERAÇÃO. CONCEITO, CARACTERES, SALÁRIO E INDENIZAÇÃO - ADICIONAIS. FORMAS DE REMUNERAÇÃO. OS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE E DA PROTEÇÃO DOS SALÁRIOS.

9- DURAÇÃO DO TRABALHO E REPOUSOS. JORNADA DE TRABALHO. TRABALHO EXTRAORDINÁRIO E NOTURNO. REGIME DE REVEZAMENTO. REPOUSOS INTRAJORNADAS E INTERJORNADAS. REPOUSO SEMANAL E EM FERIADOS. FÉRIAS: NATUREZA JURÍDICA, PERÍODOS AQUISITIVO E CONCESSÓRIO, DURAÇÃO E REMUNERAÇÃO.

10- ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. UNILATERAL E BILATERAL. O JUS VARIANDI. PROMOÇÃO E REBAIXAMENTO. TRANSFERÊNCIA.

11- SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. CAUSAS DETERMINANTES. SUSPENSÃO PARA INQUÉRITO E DISCIPLINAR. SUSPENSÃO E INTERRUPTÃO.

12- TERMINAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO . CAUSAS. RESCISÃO COM OU SEM JUSTA CAUSA. HOMOLOGAÇÃO. AVISO PRÉVIO. SISTEMAS INDENIZATÓRIOS, CONCEITOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS.

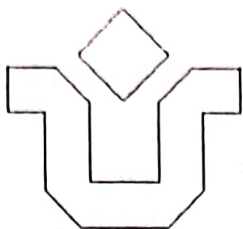
13- ESTABILIDADE E GARANTIA NO EMPREGO. TEORIA DA NULIDADE DA DESPEDIDA ARBITRÁRIA. DESPEDIDA DE EMPREGADO ESTÁVEL. FALTA GRAVE. READMISSÃO E REINTEGRAÇÃO. RENÚNCIA À ESTABILIDADE. A IMUNIDADE SINDICAL.

14- FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO. CAMPO DE APLICAÇÃO, DEPÓSITOS, CONSTITUIÇÃO, GESTÃO E APLICAÇÃO DO FUNDO.

15- NORMAS GERAIS E ESPECIAIS DA TUTELA DO TRABALHO. PROTEÇÃO DO TRABALHO DO MENOR E DA MULHER. DISPOSIÇÕES ESPECIAIS A DETERMINADAS CATEGORIAS. HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO.

16- DIREITO COLETIVO DE TRABALHO. ORGANIZAÇÃO SINDICAL. UNICIDADE E PLURALIDADE SINDICAL. CONVENÇÃO Nº 87 DA OIT. SINDICALIZAÇÃO LIVRE OU OBRIGATÓRIA. SINDICATO, FEDERAÇÃO, CONFEDERAÇÃO E CENTRAIS SINDICAIS.

17- NEGOCIAÇÃO COLETIVA. ACORDO E CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. CONTRATO COLETIVO. DIREITO DE GREVE. MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM: VOLUNTÁRIA E OBRIGATÓRIA.



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO CONSTITUCIONAL II

Código: HDP012

Carga Horária: 60 h./aula

Créditos: 04

PROGRAMA

Ementa:

O controle da constitucionalidade dos atos normativos do poder público. Análise e interpretação da Constituição do Brasil. Organização Federativa. Poder Legislativo. Processo Legislativo. Orçamento e controle financeiro. Poder Executivo. Regime constitucional da função pública. Poder Judiciário.

Objetivos:

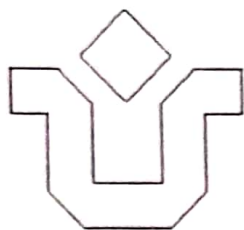
- 1) fornecer ao aluno noções fundamentais sobre as normas constitucionais de organização;
- 2) introduzir o aluno no mecanismo de controle de constitucionalidade das leis do ponto de vista teórico e prático.

Unidades Programáticas:

- I. Direito Constitucional. Da Constituição. Supremacia Constitucional.
- II. Ementas à Constituição.
- III. Controle da Constitucionalidade.
- IV. A organização federativa.
- V. A função legislativa do Estado.
- VI. A função Executiva do Estado. Princípios constitucionais da Administração Pública.
- VII. A função judiciária do Estado.

Bibliografia:

- SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 8ª edição revista, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992.
- SLAIBI Fº, Nagib. **Anotações à Constituição de 1988**. 4ª edição revista, Rio de Janeiro: Forense, 1993.
- BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo, Saraiva, 1990.
- FERREIRA Fº., Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo, Saraiva, 1989.
- MEIRELLES TEIXEIRA, J.H. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- CARVALHO, Kildade Gonçalves. **Direito Constitucional Didático**. 3ª ed. revista, Belo Horizonte: Livraria Del Rey, 1994.
- CERQUEIRA, Marcelo. **A Constituição na História: origem e reforma**. Rio de Janeiro: Revan, 1993.
- PINTO FERREIRA. **Comentários à Constituição Brasileira**. vols. 1º- 4º, São Paulo: Ed. Saraiva, 1989-1992.



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO ADMINISTRATIVO I

Código: HJF 019

Carga horária: 60 h./aula

Créditos: 04

PROGRAMA

1. Nação e Estado: Conceitos. Elementos básicos ou constitutivos. Objetivos primordiais do Estado. Organização político-administrativa do Estado Democrático de Direito. Ordem Jurídica. Descentralização, Desconcentração e Delegação.
2. Sistema Administrativo Brasileiro: Conceito. Modelos. Evolução do sistema administrativo brasileiro. Ensaio de "contencioso administrativo" limitado. Garantia jurisdicional da legalidade da Administração e dos administrados.
3. Administração Pública: Conceito. Descentralização: Administração direta, indireta e fundacional. Princípios constitucionais regeadores de sua atuação. Poderes Administrativos.
4. Atividade administrativa. Seus princípios.
5. Atos administrativos unilaterais: Conceito. Elementos constitutivos e vícios capazes de afetar-lhes a validade. Atos administrativos vinculados, discricionários e normativos. Procedimento administrativo.
6. Contratos administrativos: Conceito. Poderes unilaterais da Administração nos contratos administrativos. O Estatuto Jurídico das Licitações e Contratos administrativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. Malheiros Editores, São Paulo.

CAETANO, Marcelo. Princípios Fundamentais do Direito Administrativo. Forense, Rio de Janeiro.

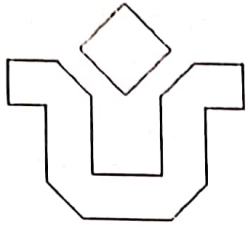
MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. Forense, Rio de Janeiro.

FERREIRA, Sérgio de Andréa. Comentários à Constituição (3º volume). Freitas Bastos, Rio de Janeiro.

SOUTO, Marcos Juruena Villela. Licitações & Contratos Administrativos. Adcoas/Esplanada, Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, atualizada
REFORMA ADMINISTRATIVA, atualizada



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO PENAL II

Código: HJF 009

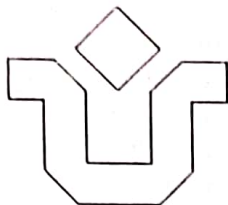
Carga horária: 60H.

Créditos: 04

PROGRAMA

- 1- Causas de exclusão e extinção de punibilidade. Condições objetivas de punibilidade e condições de perseguibilidade. Impedimentos processuais.
- 2- Fases de realização do crime. O *iter criminis*. Atos preparatórios e executivos. Teorias. Tentativa e consumação. A tentativa em determinados crimes.
- 3- Concurso de crimes. Unidade de ação e pluralidade de ações. Concurso material. Concurso formal. Crime continuado. Concurso aparente de crimes. *Aberratio ictus*, *aberratio criminis*.
- 4- Concurso de pessoas. Conceito de autor. Teorias. Co-autoria, autoria colateral e participação. Instigação e cumplicidade.
- 5- Penas e medidas de segurança. Diferenças. Teorias. Momentos do dinamismo penal. Espécies de pena.
- 6- A cominação das penas. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Pena de multa.
- 7- Penas privativas de liberdade. Os regimes penitenciários. Breve referência histórica. A reforma penal.
- 8- Reclusão e detenção. Regras dos regimes fechado, semi-aberto e aberto. Regimes especiais. Trabalho do preso. Detração. O limite das penas.
- 9- Penas restritivas de direito. Espécies. Requisitos. Conversão. Prestação de serviços à comunidade. Interdição temporária de direitos. Limitação de fim de semana. Multa substitutiva.
- 10- Pena de multa. Histórico. O sistema do dia-multa. Pagamento. Conversão.
- 11- Aplicação da pena. Regra geral. A pena-base. Conceito de agravantes e atenuantes. Critérios especiais da pena de multa.
- 12- Circunstâncias agravantes e atenuantes. Agravantes no concurso de pessoas. Reincidência.

- 13- Suspensão condicional da pena. Histórico. Sistemas. Requisitos e condições. Revogação obrigatória e facultativa. Extinção.
- 14- Livramento condicional. Histórico. Natureza. Requisitos e condições. Soma das penas. Revogação obrigatória e facultativa. Efeitos da revogação. Extinção.
- 15- Efeitos da condenação. A obrigação de indenizar. A perda dos instrumentos, objetos, produto e proveito do crime. A perda de função pública, cargos e mandatos. A incapacidade e inabilitação.
- 16- A reabilitação. Efeitos. Requisitos. Revogação.
- 17- Medidas de segurança. Pressupostos. Internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico. O tratamento ambulatorial. Prazos. Desinternação ou liberação condicional. Substituição da pena para semi-imputáveis. Extinção.
- 18- A extinção de punibilidade. Análise das hipóteses. Efeitos:
- 19- Prescrição. Conceito. Prazos: penas privativas de liberdade, restritivas de direito e multa. Espécies: da pretensão punitiva e da pretensão executória. Termos inicial e final. Suspensão. Interrupção. A prescrição retroativa.
- 20- Ação penal. Ação penal pública. Ação penal privada. Ação penal pública condicionada. Renúncia e perdão do ofendido. Perdão judicial.



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

TEORIA GERAL DO PROCESSO

Código: HDP002

I - Metodologia da disciplina

II - Noção

III - Justificativa

IV - A Unicidade da Disciplina

V - O Vocabulário Jurídico-Processual

VI - Semiótica processual

VII - Categorias fundamentais da Teoria Geral do Processo

- direito subjetivo, direito potestativo e faculdade

- pretensão, resistência e lide

- interesse

- interesse legítimo

- demanda, ação, causa, pedido, autos.

VII - A Trilogia Estrutural do Processo

1. A jurisdição

1.1 noção

1.2 natureza jurídica

1.3 teorias da jurisdição

a) teoria organicista

b) teoria funcional

c) teoria objetivistas

generalidades

teorias objetivas específicas:

(i) a jurisdição como função para a aplicação de sanção

(ii) a jurisdição como garantia para a observância das
normas jurídicas

e) teorias da substituição

generalidades

teorias específicas da substituição

(i) a substituição do ordenamento material pelo processual

(ii) a substituição do ordenamento jurídico pelo juiz

f) teorias mistas

1.4 Principilogia

- princípio da unidade da jurisdição
- princípio da vinculação da jurisdição
- princípio da inércia
- princípio da investidura
- princípio da aderência
- princípio da indelegabilidade
- princípio da inevitabilidade
- princípio da inafastabilidade
- princípio do juiz natural ou do juiz constitucional
- princípio da improrrogabilidade
- princípio da indeclinabilidade
- princípio da demanda ou da ação
- princípio do impulso oficial
- princípio da motivação das decisões
- princípio da publicidade
- princípio do duplo grau de jurisdição

1.5 Jurisdição e equidade

1.5.1 a equidade - criação ou jurisdição de equidade

(a) a jurisdição de equidade formativa ou substantiva

(b) a jurisdição de equidade supletiva ou integrativa

1.5.2 a equidade - interpretação e a jurisdição

1.6 Elementos (rectius: requisitos) da jurisdição

- notio
- vocatio
- coertio ou imperium
- iudicium
- executio

1.7 Os poderes iminentes à jurisdição

- o poder de decisão
- o poder de coerção
- o poder de documentação
- o poder de execução

1.8 As formas de composição de lides

- a autotutela
- a autocomposição
- a heterocomposição

1.9 A jurisdição voluntária

- noção
- características
- teorias da jurisdição voluntária
- a) a jurisdição como atividade administrativa
- b) a jurisdição como atividade propriamente jurisdicional
- c) a jurisdição como atividade sui generis

2. A ação
 - 2.1 noção
 - 2.2 natureza jurídica
 - 2.3 teorias da ação
 - 2.3.1 teorias monistas
 - 2.3.2 teorias dualistas
 - 2.3.2.1 teorias dualistas concretistas
 - 2.3.2.2 teorias dualistas abstracionistas
 - 2.4 As condições genéricas do legítimo exercício do direito de ação
 - 2.5 As condições específicas do legítimo exercício do direito de ação
3. O processo
 - 3.1 noção
 - 3.2 finalidade
 - 3.2.1 teoria funcional: o processo como meio de composição de lides
 - 3.2.2 teorias subjetivas
 - satisfazer pretensões
 - proteção ao direito subjetivo
 - 3.2.2 teorias objetivas
 - atuação da lei
 - atuação do direito objetivo
 - atuação do direito subjetivo
 - 3.3 natureza jurídica do processo
 - 3.3.1 doutrinas privatistas
 - teoria do contrato
 - teoria do quase-contrato
 - 3.3.2 doutrinas publicistas
 - 3.3.2.1 teoria da relação jurídica
 - 3.3.2.1.1 teoria da relação linear
 - 3.3.2.1.2 teoria da relação angular
 - 3.3.2.1.3 teoria da relação triangular
 - 3.3.2.2 teoria da situação jurídica
 - 3.3.2.3 teoria da instituição
 - 3.3.2.4 teoria do serviço público
 - 3.3.2.5 teoria do procedimento
 - 3.3.2.6 teoria da entidade jurídica complexa
 - 3.4 os pressupostos processuais (de existência)
 - 3.5 os requisitos de validade do processo

BIBLIOGRAFIA

- Teoria Geral do Processo
Ada Pellegrini Grinover
Antônio Carlos Araújo Cintra
Cândido Rangel Dinamarco
- Ed. RT.
- Teoria Geral do Processo
José da Silva Pacheco
Ed. Forense
- Elementos da Teoria Geral do Processo
Carreira Alvim
Ed. Forense
- Teoria Geral do Processo
Ovidio Batista et alii
Ed. Letras Jurídicas



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO CIVIL III - Teoria Geral dos Contratos

Código: HDP 024

Carga horária: 60 h/aula

Créditos: 04

PROGRAMA

1- Teoria Geral dos Contratos

1.1 Contrato: Conceito

Princípios fundamentais dos contratos. Intervenção do Estado. Pressupostos e requisitos. Invalidez e ineficácia. Formação dos contratos. Efeitos dos contratos. Execução e extinção. Classificação.

1.2 Institutos Conexos aos contratos: Contrato Preliminar. Arras. Evicção. Vícios redibitórios. Teoria da imprevisão e cláusula "rebus sic stantibus". Auto contrato. Promessa de contrato.

2- Contratos de alienação

2.1 Compra e venda: caracterização.

Elementos e requisitos. Efeitos. Vendas Aleatórias. Compromisso de compra e venda. Pactos comissório. Retrovenda. Melhor comprador. Preferência. Venda com reserva de domínio.

2.2 Doação. Permuta.

3- Contratos de cessão de uso e gozo

3.1 Locação. Comodato

3.2 Contratos agrários: parceria rural; agrícola; agro-industrial. Arrendamento rural.

4- Contratos de prestação de serviços

Locação de serviços. Corretagem. Empreitada. Depósito. Mandato. Edição. Representação.

5- Contratos mistos de alienação e prestação de serviços

Contratos de incorporação imobiliária.

6- Contratos relativos a negócios de crédito

Mútuo. Constituição de renda. Seguro. Fiança. Jogo e aposta. Alienação fiduciária.

7- Contrato de sociedade

8- Novas figuras contratuais

Leasing. Know How. Franchising. Factoring.

9- Declarações unilaterais

Promessa de recompensa. Títulos de crédito. Títulos ao portador.

10- Responsabilidade Civil

BIBLIOGRAFIA

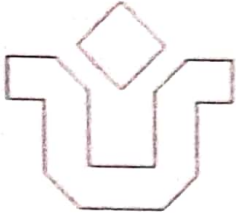
GOMES, Orlando. Contratos. Ed. Forense.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Vol III. Ed. Forense.

MONTEIRO, W. Barros. Curso de Direito Civil. Obrigações, 2a. parte. Ed. Saraiva.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Vol.3, Ed. Saraiva.

RODRIGUES, Sílvio. Curso de Direito Civil. Vol.



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO DO TRABALHO II

Código: HDP 022

Carga horária: 60H.

Créditos: 04

PROGRAMA

1- PRINCÍPIOS E SINGULARIDADES DO PROCESSO DO TRABALHO. FONTES E INTERPRETAÇÃO.

2- ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO: JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO. TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO E TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. COMPOSIÇÃO, FUNCIONAMENTO, O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.

3- AÇÕES INDIVIDUAIS. RECLAMAÇÃO. JUS POSTULANDI INQUÉRITO. REVELIA. ARQUIVAMENTO. AUDIÊNCIA. EXCEÇÕES, CONTESTAÇÃO E RECONVENÇÃO. PARTES E PROCURADORES. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. HOMOLOGAÇÕES. TERMOS E PRAZOS. TUTELA ANTECIPADA.

4- AÇÕES COLETIVAS. INSTAURAÇÃO, CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO. EXTENSÃO DAS DECISÕES E REVISÃO. AÇÃO DE CUMPRIMENTO. AÇÕES INTERPRETATIVAS E DE INTERESSES ECONÔMICOS.

5- DAS PROVAS NO PROCESSO DO TRABALHO INTERROGATÓRIOS. DOCUMENTOS. TESTEMUNHAS. PERÍCIA TÉCNICA E INSPEÇÃO JUDICIAL.

6- SENTENÇAS INDIVIDUAL E COLETIVA. TERMINATIVAS E DEFINITIVAS. COISA JULGADA FORMAL E MATERIAL. LIMITES OBJETIVOS E SUBJETIVOS.

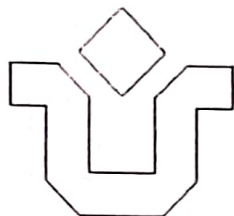
7- RECURSOS NO PROCESSO DO TRABALHO. DISPOSIÇÕES GERAIS: EFEITOS SUSPENSIVO E DEVOLUTIVO. RECURSOS NO PROCESSO DE COGNIÇÃO E NO DE EXECUÇÃO.

8- NULIDADES DOS ATOS PROCESSUAIS. NOÇÕES GERAIS. PRECLUSÃO. TIPOS. DISTINÇÃO ENTRE PRECLUSÃO, PEREMPÇÃO, DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO.

9- PROCESSO DE EXECUÇÃO, LIQUIDAÇÃO, MODALIDADES DE EXECUÇÃO. EMBARGOS DO EXECUTADO E DE TERCEIROS. IMPUGNAÇÃO DO EXEQUENTE. PENHORA, AVALIAÇÃO, ARREMATAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E REMIÇÃO. FRAUDE À EXECUÇÃO E CONTRA CREDORES. PRECATÓRIOS JUDICIAIS. RECURSOS. O AGRAVO DE PETIÇÃO.

10- AÇÃO RESCISÓRIA E MANDADO DE SEGURANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO. MEDIDAS CAUTELARES. RECLAMAÇÃO CORREICIONAL. AÇÕES CIVIS ADMISSÍVEIS NO PROCESSO DO TRABALHO.

45



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO CONSTITUCIONAL III

Código: HDP023

Carga Horária: 60 h./aula

Créditos: 04

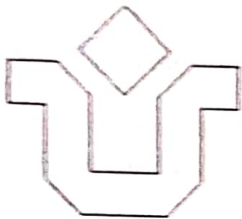
PROGRAMA

- I - O Processo Legislativo
O papel dos Poderes Legislativo e Executivo
- II - Inconstitucionalidade de Leis
Teoria da validade
- III - A Jurisdição Constitucional e o Processo Constitucional
Mandado de Segurança e Ação Civil Pública
- IV - O Controle de Constitucionalidade das Leis
Critérios, formas e efeitos. O papel do Poder Judiciário
O Supremo Tribunal Federal como Corte Constitucional
- V - Os instrumentos de proteção constitucional
“Habeas corpus”, “habeas data”, mandado de segurança
Ação popular e mandado de injunção
- VI - Direitos Públicos (Cidadania-aquisição-suspensão e perda)
- VII - A representação Política
Normas Constitucionais eleitorais
partidos políticos e sistema de voto

Bibliografia:

- SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 8ª edição revista, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992.
- BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo, Saraiva, 1990.
- BONAVIDES, Paulo. **Direito Constitucional**.

46



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO ADMINISTRATIVO II

Código: HJF 020

Carga horária: 60 h./aula

Créditos: 04

PROGRAMA

1. Domínio Público

Domínio público eminente e domínio público jurídico. Domínio público terrestre, hídrico e aéreo. Bens públicos: Conceito e classificação. Afetação e desafetação de bens públicos. Inalienabilidade e suas consequências. Precatórios judiciais. Utilização de bens públicos pelos particulares.

2. A Intervenção do Estado na Propriedade Privada

A propriedade e sua função social. O Direito como instrumento de políticas públicas: Direito urbanístico e direito agrário. Meios específicos de intervenção na propriedade individual: instrumentos jurídicos. Limitações e servidões administrativas. Ocupação temporária. Uso. Requisições. Desapropriação.

3. A Intervenção do Estado do Domínio Econômico

Ordem econômica conforme os ditames da justiça social. O Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica: planejamento democrático, fiscalização, incentivo. Meios específicos de intervenção no domínio econômico: instrumentos jurídicos. Monopólios, exploração da atividade econômica pelo Estado e livre iniciativa. Repressão aos abusos do poder econômico.

4. Serviços Públicos

Conceito e espécies. Modos e prestação. Concessão e permissão de serviços públicos. Direitos dos usuários. Obras públicas.

5. Responsabilidade Patrimonial das Pessoas Jurídicas de Direito Público e das Pessoas Jurídicas de Direito Privado Prestadoras de Serviços Públicos

O princípio da solidariedade social: socialização dos riscos e igualdade da repartição dos encargos públicos. O risco administrativo. A responsabilidade objetiva. Ressarcimento dos danos causados a terceiros. Ação regressiva.

6. O Controle dos Atos Administrativos

Controles interno e externo. O controle jurisdicional: garantias jurisdicionais da legalidade da administração e dos administrados.

Referências Bibliográficas:

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. Malheiros Editores, São Paulo.

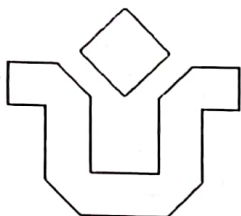
CAETANO, Marcelo. Princípios Fundamentais do Direito Administrativo. Forense, Rio de Janeiro.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. Forense, Rio de Janeiro.

FERREIRA, Sérgio de Andréa. Comentários à Constituição (3º volume). Freitas Bastos, Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, atualizada
REFORMA ADMINISTRATIVA, atualizada



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO PENAL III

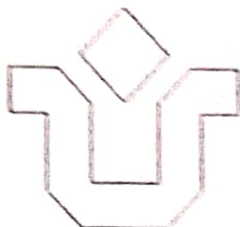
Código: HJF 018

Carga horária: 60H.

Créditos: 04

PROGRAMA

- 1- Introdução ao estudo dos crimes em espécie. A teoria geral da parte especial. Princípios comuns. Classificação dos crimes. Critérios. Visão da legislação comparada.
- 2- Crimes contra a pessoa. Crimes contra a vida. Homicídio. Induzimento, instigação e auxílio a suicídio. Infanticídio. Aborto.
- 3- Crimes contra a pessoa: Crimes contra a integridade corporal. Rixa. Periclitção da vida e da saúde.
- 4- Crimes contra a pessoa: Crimes contra a honra. Calúnia. Difamação. Injúria.
- 5- Crimes contra a pessoa: Crimes contra a liberdade individual. Constrangimento ilegal. Ameaça. Sequestro e cárcere privado. Redução à condição análoga a de escravo.
- 6- Crimes contra a pessoa: Crimes contra a liberdade individual. Violação de domicílio. Violação de correspondência. Violação de segredos.
- 7- Crimes contra o patrimônio. Crimes de apropriação. Furto. Furto qualificado. Furto de coisa comum. Apropriação indébita. Alteração de limites. Usurpação de águas. Supressão ou alteração de marca em animais.
- 8- Crimes contra o patrimônio: Crimes violentos. Roubo. Extorção. Extorsão mediante sequestro. Dano. Ebulho possessório.
- 9- Crimes contra o patrimônio: Crimes de fraude. Estelionato. Duplicata simulada. Abuso de incapazes. Induzimento à especulação. Fraude no comércio. Emissão irregular de conhecimento de depósito ou warrant. Fraude à execução.
- 10- Crimes contra os costumes. Crimes contra a liberdade sexual. Estupro. Atentado violento ao pudor. Posse sexual e atentado ao pudor mediante fraude.
- 11- Crimes contra os costumes. Sedução e corrupção de menores. Rapto.
- 12- Crimes contra os costumes. Formas qualificadas e agravadas. Presunção de violência. Ação penal.
- 13- Crimes contra os costumes. Lenocínio. Proxenetismo. Favorecimento à prostituição. Casa de prostituição. Rufianismo. Tráfico de mulheres.
- 14- Crimes contra os costumes. Ultraje público ao pudor. Ato obsceno. Escrito ou objeto obsceno.
- 15- Crimes contra a família. Bigamia. Crimes contra o estado de filiação, assistência familiar, pátrio poder, tutela e curatela. Subtração de incapazes.
- 16- Crimes contra os menores.



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

Código: HDP008

Créditos: 04

Carga horária: 60h

PROGRAMA

1. Metodologia da disciplina

2. História do Direito Processual Civil

3. Sociologia do Processo

- o conflito como fenômeno social
- a crise da jurisdição
- demandas reprimidas
- os litigantes habituais
- o acesso à justiça
- a efetividade do processo

4. Introdução ao Direito Processual Civil

- noção de Direito Processual Civil
- natureza jurídica
- principologia
 - (i) princípio da demanda ou da ação
 - (ii) princípio da disponibilidade e da indisponibilidade
 - (iii) princípio dispositivo
 - (iv) princípio da oralidade
 - (v) princípio da economia processual
 - (vi) princípio da instrumentalidade das penas
 - (vii) princípio da aquisição
 - (viii) princípio da reclusão
 - (ix) princípio da lealdade processual
 - (x) princípio da persuasão racional

50

5. Parte geral do Direito Processual Civil

- a idéia de uma parte geral

- as partes

- os procuradores

- o juiz

- os auxiliares de justiça

- os auxiliares especiais

- a substituição das partes e procuradores

- a representação das partes por advogados

- o ato processual

- a forma do ato processual

- o tempo e o lugar do ato processual

- nulidades processuais

- distribuição, registro e valor dos processos

- a petição inicial

- os requisitos da petição inicial

- as exceções

- provas

- recursos

- a uniformização da jurisprudência

- a preciação incidente da inconstitucionalidade das leis

- a competência

- o ministério público

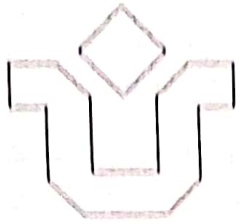
- a formação do processo

- a suspensão do processo

- a extinção do processo

- a contestação

51



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO CIVIL IV

Código: HDP 025

Carga horária: 60 h/aula

Créditos: 04

PROGRAMA

1- Denominações: Direito das Coisas - Direitos Reais, Características do Direito das Coisas, Evolução do Direito das Coisas, Equacionamento constitucional, Classificação dos Direitos Reais: a propriedade e os direitos reais sobre coisa alheia, Taxatividade da numeração legal.

2- Posse

2.1- Conceito de posse, Teorias sobre a posse: Savigny e Ihering, Natureza jurídica da posse, Classificação da posse: posse direta e indireta; posse justa e injusta; posse de boa fé e de má fé, Importância do justo título, Compose.

2.2- Aquisição e perda da posse: Aquisição da posse: originária-derivada, Perda da posse.

2.3- EFEITOS DA POSSE: Direito aos frutos e produtos, Benfeitorias, Indenização, Condução ao usucapião; espécies de usucapião, Usucapião constitucional.

2.4- EFEITOS DA POSSE: Ações possessórias; desforço pessoal- interditos, Interditos de manutenção e de reintegração de posse, Interdito proibitório, Nunciação de obra nova, Ação de dano infecto.

3- PROPRIEDADE

3.1- Conceito, elementos, objeto da propriedade, Equacionamento constitucional, As modalidades de propriedade, A propriedade imóvel: extensão do direito de propriedade, Propriedade pública e privada, Rural-urbana.

3.2- Aquisição da propriedade imóvel: Registro-acessão-Usucapião-Direito hereditário.

3.3- Aquisição da propriedade móvel: ocupação-especificação-confusão, comissão e adjunção-usucapião-tradição.

3.4- Perda da propriedade: alienação-renúncia-abandono-percimento do objeto-usucapião-desapropriação.

4- CONDOMÍNIO: Conceito, Direitos e deveres dos condôminos, Administração do condomínio, Extinção do condomínio, Condomínios especiais: paredes-muros-valas-cercas, Condomínio em edifícios de apartamentos.

5- DIREITOS DE VIZINHANÇA: Relações de vizinhança-conflitos, Teorias e critérios para solução dos problemas de vizinhança, Tipificação das hipóteses: limites entre prédios-águas-direito de passagem-construções.

6- Propriedade intelectual: Direito autoral, Propriedade Industrial, Proteção e transferência.

7- DIREITOS REAIS LIMITADOS DE GOZO OU FRUIÇÃO:

7.1- enfiteuse: conceito, Direitos e deveres do enfiteuta e do senhorio, -Extinção, Caracteres, -Constituição das servidões, -Direitos e deveres, -Extinção -

7.2- Usufruto-Usou Habitação: Direitos e deveres do usuário, Extinção do usufruto, -Uso e Habitação, -Renda constituída sobre imóvel, -

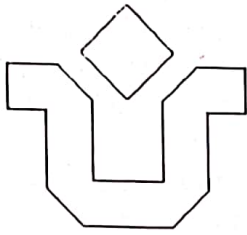
8- DIREITOS REAIS DE GARANTIA.

52

9-DIREITO REAL DE AQUISIÇÃO;Conceito.-Requisitos.-Obrigações do alienante e adquirente.-
Execução do contrato.-

BIBLIOGRAFIA

- 1.- Orlando Gomes - Direitos Reais. Ed. Forense.
- 2.- Caio Mário da Silva Pereira - Instituições de Direito Civil. Vol.IV-Forense.
- 3.- Maria Helena Diniz - Curso de Direito Civil-Direito das Coisas.Vol. Saraiva.-
- 4.- W.Barros Monteiro- Curso de Direito Civil-Direitos das Coisas.Saraiva.
- 5.- Arnaldo Wald- Curso de Direito Civil Brasileiro-Direito das Coisas.Ed. Revista dos Tribunais



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO COMERCIAL I

Código: HDP 017

Carga horária: 60h./aula

Créditos: 04

PROGRAMA

Ementa: Atividade econômica e Atividade comercial. A empresa, a economia capitalista moderna e o direito. O empresário e os demais elementos da empresa. Empresa e tipos societários. A sociedade civil e comercial. A matéria mercantil e o registro de comércio. Sociedades comerciais: espécies, noções legais, sócios, órgãos. A sociedade por quotas de responsabilidade limitada: características e normas básicas. Capital social, sócios, administração.

1ª Parte: Introdução ao Estudo do Direito Comercial

Noções e âmbito do Direito Comercial

I. Conceitos gerais

- a) conceito econômico de comércio;
- b) conceito jurídico de comércio.

II. Formação histórica do Direito Comercial

- a) origens do Direito Comercial;
- b) o Direito Comercial como disciplina histórica dos comerciantes;
- c) o Direito Comercial como disciplina dos atos de comércio;
- d) o Direito Comercial como o direito das empresas;
- e) o Direito Comercial no Brasil.

III. O problema da autonomia do Direito Comercial

- a) dicotomia do Direito Privado;
- b) Vivante e o problema da autonomia do Direito Comercial;
- c) a dicotomia no direito brasileiro;
- d) tentativas de unificação no Brasil.

IV. Matéria Comercial

- a) o conteúdo do Direito Comercial: critérios para sua delimitação;
- b) o sistema do Código Brasileiro;
- c) conceito de atos de comércio e mercância;
- d) a classificação de Carvalho de Mendonça;
- e) o ato misto;
- f) conclusão.

V. Fontes do Direito Comercial

- a) as concepções de fontes;
- b) conceito de fontes do Direito Comercial;
- c) fontes primárias e secundárias;
- d) leis comerciais;
- e) usos e costumes comerciais: a prova da existência dos usos e costumes comerciais.

VI. Atos do Comércio

- a) importância do estudo dos atos de comércio;
- b) as dificuldades de caracterização dos atos de comércio;
- c) os atos de comércio no Direito Brasileiro;
- d) a noção de atos de comércio, segundo o regulamento nº 737;
- e) imóveis e agricultura;
- f) atos de comércio: classificação e características.

2ª Parte: Do Comerciante ou Empresário Comercial

I. Noção econômica e jurídica da empresa

- a) noção econômica de empresa;
- b) noção jurídica de empresa.

II. Desenvolvimento do conceito jurídico de empresa

- a) o conceito de empresa no Direito Francês;
- b) o conceito de empresa no Direito Italiano;
- c) o conceito de empresa no Direito Brasileiro;
- d) a empresa como objeto de direito.

O Titular da Empresa

I. Noção de comerciante ou empresário comercial

- a) conceito de comerciante;
- II. Condições para o exercício da atividade comercial.

- a) capacidade. A mulher casada comerciante.
- b) incapacidade. A incapacidade do interdito para exercer o comércio. O exercício do comércio pelo menor.
- c) incompatibilidade para o exercício da atividade comercial. Proibição dos funcionários públicos: extensão da proibição e consequências da violação dessa proibição. O comércio pela mulher do proibido de comerciar. Proibição do comércio pelo falido.
- III. O comércio pelo estrangeiro; o exercício do comércio pelo estrangeiro residente no Brasil e pelo residente no exterior.

O Registro do Comércio

- Registro do comércio e da propriedade industrial.
- O registro público do comércio. Os Tribunais do Comércio. A criação das juntas comerciais. O Departamento Nacional de Indústria e Comércio. Composição, atribuições e composição das juntas comerciais.
- Efeitos do registro de comércio.
- Conteúdo do registro de comércio.
- Registro da propriedade industrial. Código da Propriedade Industrial. Instituto da Propriedade Industrial (INPI).

Obrigações comuns a todos os empresários comerciais

- I. Obrigação do registro das contas.
- II. Livros comerciais obrigatórios e seus requisitos;
- III. Livros auxiliares;
- IV. O valor probante dos livros comerciais. O sigilo dos livros do comerciante e sua exibição em juízo.
- V. Livros relacionados com as obrigações trabalhistas da empresa.

55

Colaboradores da Empresa

- I. Auxiliares dependentes internos: gerentes, empregados e guarda-livros.
- II. Auxiliares dependentes externos: vendedores viajantes e praticistas.
- III. Auxiliares independentes:
 - a) corretores
 - b) leiloeiros.

Elementos de Identificação da Empresa

- I. Nome comercial ou de empresa: conceito e natureza jurídica. Espécies de nome comercial. Alienabilidade do nome comercial.
- II. Marcas de indústria, de comércio e de serviço. Natureza jurídica e requisitos das marcas. Cessão, transferência e contrato de exploração de marca.

Elementos do exercício da empresa

- I. O fundo de comércio ou estabelecimento comercial: conceito, elementos formadores, e principais teorias sobre sua natureza jurídica.
- II. Título de estabelecimento.
- III. Invenção, modelos e desenhos.

Atributos da Empresa

- I. O aviamento
- II. A clientela
- III. Concorrência desleal

3ª Parte: Sociedades Comerciais

Noções Gerais

- I. Sociedade civil e sociedade comercial: conceitos e diferenças.
- II. Sociedade comercial: classificação. Características das sociedades comerciais.
- III. Ato constitutivo das sociedades comerciais: natureza jurídica. A personalidade jurídica das sociedades comerciais e a doutrina do superamento da personalidade jurídica.
- IV. O contrato de sociedade comercial.

Vários tipos de sociedades de pessoas

- I. Tipicidade das sociedades de pessoas: sociedade de nome coletivo, sociedade em comandita simples, sociedade de capital e indústria, sociedade em conta de participação.
- II. A figura do sócio: seus direitos e obrigações.
- III. A gerência ou administração: noção; delegação das funções de gerente; nomeação e destituição de gerentes; remuneração do gerente ou administrador.

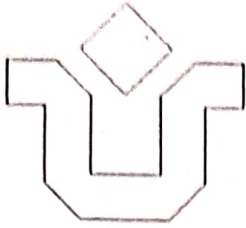
Sociedades por quotas de responsabilidade limitada

- I. Conceito. Aparecimento e desenvolvimento histórico. A introdução das sociedades por quotas no Brasil.
- II. Caracteres e natureza jurídica.
- III. Responsabilidade dos sócios.
- IV. Limite da responsabilidade.
- V. A constituição da sociedade.
- VI. Contrato simplificado.
- VII. Nome social - Firma ou denominação.
- VIII. Capital e quotas - Dispensa de escritura pública na incorporação de imóveis.
- IX. Órgãos sociais - Substituição e exclusão dos gerentes.

Bibliografia Básica

- REQUIÃO, Rubens. *Curso de Direito Comercial*. vol. 1, 21ª edição, São Paulo, Ed. Saraiva, 1993.
- MARTINS, Fran. *Curso de Direito Comercial*, 19ª edição rev. a., ampl. e atual., Rio de Janeiro, Ed. Forense, 1994.
- COELHO, Fábio Ulhoa. *Manual de Direito Comercial*, 4ª ed. rev. atual. e aum. São Paulo, Ed. Saraiva, 1992.
- BUGARELLI, Waldírio. *Direito Comercial*. 10ª edição, São Paulo, Ed. Atlas, 1993.
- BORGES, João Eunápio. *Curso de Direito Comercial Terrestre*. 5ª edição, Rio de Janeiro, Ed. Forense, 1991.
- MELLO FRANCO, Vera Helena. *Lições de Direito Comercial: Teoria geral do direito comercial*. São Paulo, Editora Maltese, 1993.
- CHINEN, Arika. *Lições de Direito Comercial*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1991.
- DRUMMOND, Maria do Carmo G. *Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada: Jurisprudência e Doutrina*. Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos e Fundação Casa de Rui Barbosa, 1991.

57



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO TRIBUTÁRIO I

Código: HDP 015

Carga Horária: 60 h./aula

Créditos: 04

PROGRAMA

Unidades Programáticas:

Unidade I: O Estado

- 1.1 - Evolução do Estado. Estado de Direito. Poder Estatal.
- 1.2 - A Constituição. As leis. Ordem jurídica.
- 1.3 - Atividade Financeira do Estado. Competência Tributária.
- 1.4 - Limitação constitucional à competência tributária.

Unidade II: Reforma Tributária

- 2.1 - A matéria tributária na Constituição de 1946.
- 2.2 - Emenda Constitucional 18/65.
- 2.3 - A Constituição de 1968.
- 2.4 - Normas gerais tributárias.
- 2.5 - O Código Tributário Nacional (Lei 5172)

Unidade III: Finanças Públicas

- 3.1 - A Receita Pública.
- 3.2 - A Despesa Pública.
- 3.3 - O orçamento público - natureza jurídica
- 3.4 - A Lei 4320 - de 17/3/64.

Unidade IV: O Sistema Tributário

- 4.1 - Os Tributos - tributos comuns e impostos.
- 4.2 - Competência Residual - Empréstimo Compulsório.
- 4.3 - Impostos Extraordinários de guerra - Parafiscalidade
- 4.4 - Isonomia Fiscal - Capacidade Contributiva.
- 4.5 - Princípios Constitucionais à tributação.

JP

Unidade V: Fontes do Direito Tributário

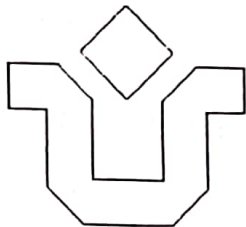
- 5.1 - Hierarquia e classificação das normas tributárias.
- 5.2 - Vigência da legislação tributária.
- 5.3 - Aplicação da legislação tributária.
- 5.4 - Integração e Interpretação.
- 5.5 - A Lei nº 5172 de 25/10/66.

Unidade VI: Obrigação Tributária

- 6.1 - Nascimento da obrigação tributária - fato gerador
- 6.2 - Obrigação Principal.
- 6.3 - Obrigação Acessória.
- 6.4 - Sujeito Ativo e Sujeito Passivo - capacidade tributária.
- 6.5 - Contribuinte - Responsável - Solidariedade

Unidade VII: Crédito Tributário

- 7.1 - Constituição do Crédito Tributário - Lançamento.
- 7.2 - Vinculação e Obrigatoriedade. Efeitos do Lançamento.
- 7.3 - Modalidades de Lançamento.
- 7.4 - Extinção, Suspensão e exclusão do crédito tributário.
- 7.5 - Garantias e Privilégios



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO ADMINISTRATIVO III

Código: HJF 021

Carga horária: 60 h./aula

Créditos: 04

PROGRAMA

1. Servidos Públicos

- 1.1 Agentes administrativos: Conceito. Agentes políticos e agentes administrativos. Agentes de fato e agentes de direito. Servidores e funcionários públicos. Servidores públicos civis e militares; empregados públicos.
- 1.2 Acessibilidade a cargos, empregos e funções da Administração Pública. Estado democrático como Estado meritocrático: Os princípios republicanos da igualdade, da independência e da responsabilidade.
- 1.3 Cargos públicos: efetivos e em comissão ou de confiança. Investidura: provimento e posse ou exercício. Formas de provimento, originária e derivadas, e de vacância.
- 1.4 Concurso público: princípios constitucionais e normas legais, importando improbidade administrativa sua violação.
- 1.5 Garantias, direitos e incompatibilidades constitucionais dos servidores públicos.
- 1.6 Regime jurídico único dos servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional.
- 1.7 Responsabilidade civil, penal e disciplinar dos servidores públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. Malheiros Editores, São Paulo.

CAETANO, Marcelo. Princípios Fundamentais do Direito Administrativo. Forense, Rio de Janeiro.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. Forense, Rio de Janeiro.

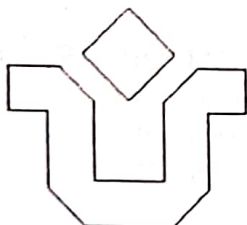
FERREIRA, Sérgio de Andréa. Comentários à Constituição (3º volume). Freitas Bastos, Rio de Janeiro.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Regime Constitucional dos Servidores da Administração Direta e Indireta. RT, São Paulo.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos na Constituição de 1988. Lumen Juris, Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, atualizada
REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO. Manuais de Legislação ATLAS nº 34. Atlas, São Paulo.



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO PROCESSUAL PENAL I

Código: HDP 028

Carga horária: 60H.

Créditos: 04

PROGRAMA

1. NOÇÕES PRELIMINARES E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

2. O INQUÉRITO POLICIAL

- 2.1 A polícia judiciária
- 2.2 O início do inquérito policial
- 2.3 Finalidade e natureza do inquérito policial
- 2.4 Atribuições da autoridade policial

3. A AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA

- 3.1 A representação do ofendido
- 3.2 A requisição do Ministério da Justiça

4. A AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA

- 4.1 A titularidade da ação penal pública. O Ministério Público
- 4.2 A denúncia: conteúdo, requisitos, prazo para oferecimento, etc.

5. A AÇÃO PENAL PRIVADA

- 5.1 Princípios que regem a ação penal privada
- 5.2 Titularidade da ação penal privada. O ofendido, representante legal, sucessores
- 5.3 Ação penal exclusivamente privada, subsidiária da pública e personalíssima
- 5.4 A queixa-crime: conteúdo, requisitos, prazo para oferecimento, etc.
- 5.5 O Ministério Público na ação penal privada

6. CONDIÇÕES DA AÇÃO

- 6.1 A rejeição da denúncia e da queixa

7. A AÇÃO EX DELICTO

- 7.1 Assistente de acusação
- 7.2 Efeitos da sentença penal no cível
- 7.3 Medidas assecuratórias no Processo Penal: sequestro, hipoteca legal e arresto

8. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

- 8.1 Critérios de fixação de competência
- 8.2 Incompetência absoluta e relativa
- 8.3 Conflito de competência

9. SISTEMA DE PRISÃO E LIBERDADE NO DIREITO BRASILEIRO

- 9.1 Prisão-pena e prisão cautelar
- 9.2 Espécies de prisão cautelar
- 9.3 Princípios constitucionais
- 9.4 Liberdade provisória com ou sem fiança
- 9.5 Habeas Corpus

BIBLIOGRAFIA

1. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa

Processo Penal

Ed. Saraiva

2. JESUS, DAMÁSIO E. DE

Código de Processo Penal Anotado

Ed. Saraiva

3. TORNAGUI, Hélio

Curso de Processo Penal

Ed. Saraiva

4. MARQUES, José Frederico

Elementos de Direito Processual Penal

Ed. Saraiva

5. JARDIM, Afrânio Silva

Direito Processual Penal - Estudos e Pareceres

Ed. Forense

6. MARREY, Adriano; FRANCO, Alberto Silva e SIOCO, Rui

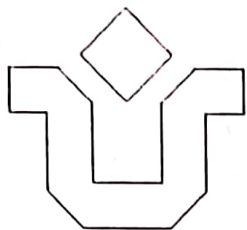
Teoria e Prática do Juri

Ed. Revista dos Tribunais

7. GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antonio Scalance e GOMES FILHO, Antonio Magalhães

As nulidades no Processo Penal

Malheiros Editores



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL II

Código: HDP009

Créditos: 04

Carga horária: 60h

PROGRAMA

1. A Tutela Satisfativa

- noções gerais
- o procedimento comum ordinário
- o procedimento comum sumário
- a intervenção de terceiros
- assistência
- o litisconsórcio
- da denunciação da lide
- o chamamento ao processo
- a ação dúplice
- a reconvenção
- ação declaratória incidental
- o procedimento monitório
- a liminar satisfatória e a tutela antecipada
- o mandado de segurança
- ação civil pública
- ação popular
- habeas data
- os procedimentos especiais

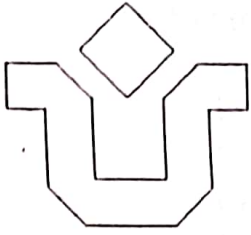
2. A atividade de execução

BIBLIOGRAFIA

Curso de Direito Processual Civil
Inmberto Theodoro Júnior
Ed. Forense

O Novo Processo Civil Brasileiro
José Carlos Barbosa Moreira
Ed. Forense

Primeiros Livros de Direito Processual Civil
Moacyr Amaral Santos
Ed. Saraiva



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO CIVIL V

Código: HDP 026

Carga horária: 60H.

Créditos: 04

PROGRAMA

1. INTRODUÇÃO

2. A REFORMA E EVOLUÇÃO DO DIREITO DA FAMÍLIA

3. A FAMÍLIA

4. CASAMENTO

4.1 Casamento Religioso

4.2 Pressupostos e Requisitos do Casamento

4.3 Impedimentos Matrimoniais

4.4 Forma e Prova do Casamento

4.5 Invalidade do Casamento

4.6 Efeitos Sociais do Casamento

4.7 Efeitos Pessoais

4.7.1 Direitos e Deveres do Marido

4.7.2 Direitos e Deveres da Mulher

65

4.8 Efeitos Patrimoniais do Casamento

- 4.8.1 Regimes matrimoniais de bens
- 4.8.2 Regime legal da comunhão parcial
- 4.8.3 Regime da comunhão universal de bens
- 4.8.4 Regime da separação. Regime Total
- 4.8.5 Doação antenupcial
- 4.8.6 Preservação do patrimônio do casal
- 4.8.7 Administração da sociedade conjugal
- 4.8.8 Deveres de recíproca assistência

5. DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL

5.1 Separação

- 5.1.1 Causas da separação
- 5.1.2 Efeitos da separação
- 5.1.3 Conversão da separação em divórcio

5.2 Divórcio

5.3 Separação de Fato

6. RELAÇÕES CONCUBINÁRIAS

7. PARENTESCO

8. FILIAÇÃO

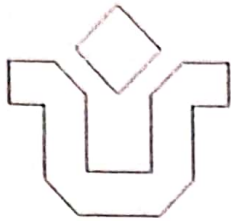
- 8.1 Filiação legítima
- 8.2 Legitimação
- 8.3 Filiação natural
- 8.4 Filiação espúria
- 8.5 Filiação adotiva
- 8.6 Adoção plena

9. PÁTRIO PODER

10. TUTELA

11. CURATELA

12. ALIMENTOS



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO COMERCIAL II

Código: HDP 018

Carga horária: 60H.

Créditos: 04

PROGRAMA

I - Noções Gerais

- 1- Conceito
- 2- Sistema Legal
- 3- Desenvolvimento Histórico
- 4- A Sociedade Anônima no Brasil
- 5- Características e Natureza das Sociedades Anônimas
- 6- O objeto social
- 7- Denominação da Sociedade Anônima e limitação da responsabilidade

II - Classificação das Sociedades Anônimas

- 1- Espécies de Sociedade Anônima
- 2- A Companhia Fechada
- 3- A companhia Aberta. Estímulo à democratização do capital. Disciplina da Companhia Aberta Incentivada

III - Mercado de Capitais

- 1- A fiscalização das atividades das Sociedades Anônimas
- 2- A Comissão de Valores Mobiliários: atribuições e competência

IV - O Capital Social

- 1- Conceito
- 2- A formação do capital social. A avaliação dos bens a incorporar. A transferência dos bens
- 3- Aumento do Capital Social. Modificação do capital social. Competência para a determinação do aumento. O aumento do capital mediante subscrição de novas ações.
- 4- O Capital autorizado
- 5- Redução do capital social

V - Os Valores Mobiliários

- 1- As Ações
 - A. Conceito e natureza jurídica
 - B. Classificação das ações
- 2- Partes Beneficiárias
 - A. Noção
 - B. Emissão das partes beneficiárias
 - C. Certificados. Direitos dos beneficiários

67

3- Debêntures

- A. Noção
- B. Espécies de debêntures
- C. Emissão. Amortização e resgate
- D. Certificado das debêntures
- E. Agente fiduciário

4- Bônus de Subscrição

- A. Noção
- B. Características. Emissão. Requisitos

VI - Constituição da Sociedade Anônima

1- Requisitos preliminares

2- Modalidades de constituição: constituição por subscrição pública e por subscrição particular

3- Os fundadores

4- Responsabilidade dos primeiros subscritores

VII - O acionista e o controle da Sociedade Anônima

1- O acionista minoritário e majoritário

2- Formas de controle

3- Natureza jurídica do controle

4- Acionista controlador, direitos e obrigações

VIII - Direitos e obrigações dos acionistas

1- Os direitos essenciais do acionista

- A. Direito de participação nos lucros sociais
- B. Direito de participação no acervo social
- C. Direito de fiscalização
- D. Direito de preferência na subscrição de ações
- E. Direito de retirada - direito de recesso

2- As obrigações do acionista

IX - Assembléia Geral

1- Espécies de Assembléia Geral

- A. Assembléia Geral Ordinária
 - a. Finalidades
 - b. Procedimento
 - c. Publicidade da assembléia geral ordinária
- B. Assembléia Geral Extraordinária
 - a. Finalidades
 - b. Reforma dos estatutos

X - Administração da Sociedade Anônima

1- O Conselho de Administração

- A. Composição do Conselho de Administração
- B. Co-gestão dos empregados
- C. Representação da minoria (voto múltiplo)
- D. Competência do Conselho de Administração

63

2- A Diretoria

- A. A figura do administrador-gerente
- B. Composição da Diretoria

3- O Conselho Fiscal

- A. Função, composição e funcionamento
- B. Qualificação dos membros do Conselho e remuneração
- C. Competência, deveres e responsabilidade

XI - Deveres e responsabilidade dos Administradores

- 1- Dever ético-social
- 2- dever de diligência
- 3- Desvio de poder (atos de liberdade e de suborno)
- 4- Dever de lealdade
- 5- Dever de sigilo (insider trading)
- 6- Conflito de interesses
- 7- Dever de Informar (disclosure)
- 8- O fundamento da responsabilidade do acionista
- 9- A violação do objeto social (teoria ultra vires)
- 10- A ação de responsabilidade

XII - Modificação nos tipos sociais

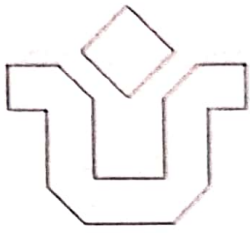
- 1- Transformação
 - A. Conceito
 - B. O consentimento unânime dos sócios
 - C. O direito dos credores
- 2- incorporação, fusão e cisão
 - A. Conceitos distintivos de incorporação e fusão
 - B. Cisão
- 3- Procedimento
 - A. O protocolo
 - B. Formação do capital social
 - C. Direito de retirada do acionista dissidente
 - D. Direito dos credores

XIII - Grupos de Sociedades

- 1- Características e natureza
- 2- Constituição e administração
- 3- Direito dos sócios minoritários

XIV - Dissolução e Liquidação da Sociedade Anônima

- 1- A dissolução da Sociedade Anônima
- 2- A liquidação da Sociedade Anônima
- 3- A extinção da Sociedade Anônima



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO TRIBUTÁRIO II

Código: HDP 016

Carga Horária: 60 h./aula

Créditos: 04

PROGRAMA

Unidades Programáticas:

Unidade I: Administração Tributária

- 1.1 - Fiscalização.
- 1.2 - Assistência mútua. Convênio e permuta de informações.
- 1.3 - Dívida Ativa - sua constituição.
- 1.4 - Nulidade de inscrição e da cobrança.
- 1.5 - Certeza e liquidez da dívida ativa regularmente inscrita. Presunção relativa.

Unidade II: Tributos

- 2.1 - O imposto, a taxa e a contribuição de melhoria.
- 2.2 - A classificação dos impostos.
- 2.3 - Impostos diretos e indiretos.
- 2.4 - Impostos reais e pessoais.
- 2.5 - Impostos progressivos e regressivos.
- 2.6 - Extrafiscalidade.

Unidade III: Os Impostos Federais

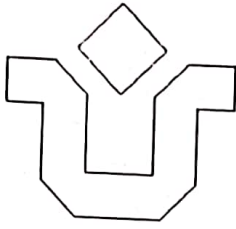
- 3.1 - Os impostos da União.
- 3.2 - Normas relativas aos impostos estaduais.
- 3.3 - O imposto sobre circulação de mercadoria
- 3.4 - O imposto sobre produtos industrializados - fato gerador - incidência - isenção.
- 3.5 - O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza - fato gerador - incidência - isenção.
- 3.6 - Obrigações Acessórias.

Unidade IV: Os Impostos Estaduais

- 4.1 - Os impostos dos Estados - Constituição Federal.
- 4.2 - Normas relativas aos impostos estaduais.
- 4.3 - O impostos osbre circulação de mercadorias e serviços e transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS.
- 4.4 - Histórico - estudo comparativo com ICM.
- 4.5 - Fatos geradores - incidência - isenções.
- 4.6 - Contribuintes - Responsáveis.
- 4.7 - Substituição Tributária.
- 4.8 - Base de Cálculo.
- 4.9 - Obrigações Acessórias.

Unidade V: Os impostos Municipais

- 5.1 - Os impostos Municipais - Constituição Federal.
- 5.2 - Normas relativas aos impostos municipais.
- 5.3 - O imposto predial e territorial urbano.
- 5.4 - Fato gerador - incidências - isenções.
- 5.5 - Contribuintes.
- 5.6 - Base de Cálculo.



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

PRÁTICA FORENSE I

Código: HDP 030

Carga horária: 60H.

Créditos: 04

PROGRAMA

I - LEI ORGÂNICA DO PODER JUDICIÁRIO

- Federal: Tribunais Superiores, Justiça do Trabalho, Justiça Militar, Justiça Eleitoral
- Estadual: Tribunal de Justiça, Justiça do Trabalho

II - INICIAÇÃO AOS PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS BÁSICOS EM AÇÕES CIVIS, CRIMINAIS, TRABALHISTAS E CONSTITUCIONAIS

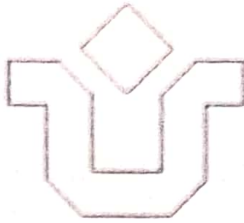
III - DEONTOLOGIA (ética profissional, Estatuto da OAB)

IV - ÓRGÃOS DE DEFESA DA CIDADANIA (direitos civis, direitos humanos, mulher, consumidor, cidadania, menores, presos, ecologia e outros)

V - PROGRAMAÇÃO DE VISITAS AO FORUM, PENITENCIÁRIAS E DELEGACIAS POLICIAIS

VI - ANÁLISE DE PESQUISAS E ESTATÍSTICAS SOBRE O DESEMPENHO DO PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL

72



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO PROCESSUAL PENAL II

Código: HDP 029

Carga horária: 60H.

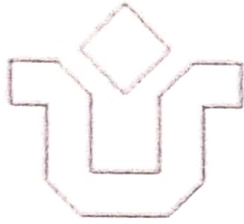
Créditos: 04

PROGRAMA

- 1 PROCESSO E PROCEDIMENTO
- 2 PROCEDIMENTO-REGRA PARA OS CRIMES APENADOS COM RECLUSÃO
 - 2.1 Recebimento da denúncia ou da queixa
 - 2.2 Citação, revelia e interrogatório do réu
 - 2.3 Defesa prévia
 - 2.4 Instrução criminal. A prova no Processo Penal
 - 2.5 Alegações finais
 - 2.6 Questões prejudiciais e exceções
- 3 PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PARA OS CRIMES APENADOS COM RECLUSÃO
 - 3.1 Crimes da competência do Juri
- 4 PROCEDIMENTO-REGRA PARA CRIMES APENADOS COM DETENÇÃO
- 5 PROCEDIMENTO DAS CONTRAVENÇÕES
- 6 SENTENÇA
- 7 COISA JULGADA
- 8 RECURSOS
 - 8.1 Disposições Gerais
 - 8.2 Recursos em espécie
- 9 REVISÃO

BIBLIOGRAFIA

1. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa
Processo Penal
Ed. Saraiva
2. JESUS, DAMÁSIO E. DE
Código de Processo Penal Anotado
Ed. Saraiva
3. TORNAGUI, Hélio
Curso de Processo Penal
Ed. Saraiva
4. MARQUES, José Frederico
Elementos de Direito Processual Penal
Ed. Saraiva
5. JARDIM, Afrânio Silva
Direito Processual Penal - Estudos e Pareceres
Ed. Forense
6. MARREY, Adriano, FRANCO, Alberto Silva e SIOCO, Rui
Teoria e Prática do Juri
Ed. Revista dos Tribunais
7. GRINOVER, Ada Pelegrini; FERNANDES, Antonio Scalance e GOMES FILHO, Antonio Magalhães
As nulidades no Processo Penal
Malheiros Editores



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

Código: HDP 010

Carga horária: 60H.

Créditos: 04

PROGRAMA

I - A TUTELA CAUTELAR

- 1) Noção geral
- 2) O Poder geral de Cautela
- 3) Procedimentos cautelares específicos

II - DIREITO PROCESSUAL ORGÂNICO

III - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PROCESSO

IV - HERMENÊUTICA PROCESSUAL

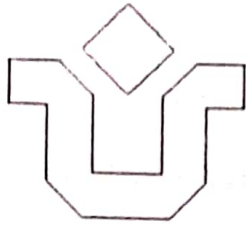
V - DIREITO PROCESSUAL INTERNACIONAL

VI - DIREITO PROCESSUAL INTERTEMPORAL

VII - DIREITO PROCESSUAL COMPARADO

BIBLIOGRAFIA

- THEODORO JUNIOR, Humberto
Curso de Direito Processual Civil - III
Forense
- MOREIRA, José Carlos Barbosa
O Novo Processo Civil Brasileiro
Forense
- SANTOS, Moacyr Amaral
Primeiras linhas de Direito Processual Civil
Saraiva



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO CIVIL VI

Código: HDP 027

Carga horária: 60H.

Créditos: 04

PROGRAMA

1. INTRODUÇÃO
2. ABERTURA DA SUCESSÃO
3. AQUISIÇÃO DA HERANÇA
4. CAPACIDADE SUCESSÓRIA
5. SUCESSÃO LEGÍTIMA
 - 5.1 Sucessão dos parentes
 - 5.2 Sucessão do cônjuge
 - 5.3 Sucessão do Estado
6. SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA
 - 6.1 Capacidade testamentária
 - 6.2 Formas de testamento
 - 6.2.1 Testamento público
 - 6.2.2 Testamento cerrado
 - 6.2.3 Testamento particular
 - 6.2.4 Testamentos especiais
 - 6.3 Invalidez dos testamentos
 - 6.4 Disposições testamentárias
 - 6.4.1 Disposições conjuntivas e Direito de Acrescer
 - 6.4.2 Cláusulas restritivas
 - 6.4.3 Legados
 - 6.4.4 Aquisição e efeitos dos legados
 - 6.4.5 Substituições
 - 6.4.6 Fideicomisso
 - 6.4.7 Deserdação

76

- 6.5 Revogação do testamento
- 6.6 Caducidade do testamento
- 6.7 Testamenteiro

7. CESSÃO DA HERANÇA

8. PETIÇÃO DA HERANÇA

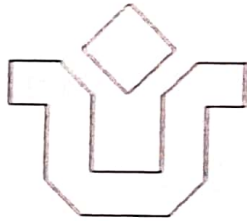
9. INVENTÁRIO

10. COLAÇÃO

11. ENCARGOS DA HERANÇA

12. SONEGADOS

13. PARTILHA



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO COMERCIAL III

Código: HDP 019

Carga Horária: 60 h/aula

Créditos: 04

PROGRAMA

Unidades Programáticas:

Unidade I: Títulos de Crédito

- 1.1 - Conceito de título de crédito.
- 1.2 - Características dos títulos de crédito.
- 1.3 - A Literalidade e a Autonomia.
- 1.4 - Classificação títulos de crédito.
- 1.5 - Endosso e espécies.
- 1.6 - O aval e a fiança.

Unidade II: Letra de Câmbio

- 2.1 - Histórico.
- 2.2 - Conceito.
- 2.3 - Requisitos essenciais e não essenciais.
- 2.4 - Vencimento da Letra de Câmbio.
- 2.5 - O aceite, o endosso, o aval, o pagamento.
- 2.6 - Prescrição da Letra de Câmbio.

Unidade III: Nota Promissória

- 3.1 - Conceito.
- 3.2 - Requisitos essenciais.
- 3.3 - Emissão em branco e ao portador.
- 3.4 - Formas de vencimento.

Unidade IV: Duplicata

- 4.1 - Conceito.
- 4.2 - Requisitos essenciais.
- 4.3 - A duplicata mercantil e a de prestação de serviços.
- 4.4 - Prazo prescricional.

70

Unidade V: Cheque

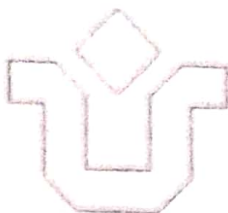
- 5.1 - Conceito.
- 5.2 - Requisitos essenciais.
- 5.3 - Cheque pré-datado.
- 5.4 - Conta em nome de menor.
- 5.5 - Contas conjuntas.
- 5.6 - Apresentação do cheque.
- 5.7 - endosso, aval.
- 5.8 - Compensação de cheques.
- 5.9 - Protesto - Prescrição.

Unidade VI: Falências

- 6.1 - Conceito.
- 6.2 - Requerimento da falência.
- 6.3 - Sujeito Passivo da falência.
- 6.4 - Processamento da falência.
- 6.5 - O crime falimentar.
- 6.6 - Lei nº 7661 - 21/06/1945.

Unidade VII: Concordata

- 7.1 - Conceito.
- 7.2 - Prazos para pagamento dos débitos na concordata.
- 7.3 - Pedido de concordata.
- 7.4 - Espécies de concordata.
- 7.5 - Lei nº 7661 - 21/06/1945.



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

MEDICINA LEGAL

Código: SPS 007

Carga horária: 60H.

Créditos: 04

PROGRAMA

Unidade 1 - Introdução ao estudo da Medicina Legal

- 1.1) Medicina Legal: nomenclatura, definição, conceitos e relação com as demais ciências médicas e jurídicas. Noções históricas, institutos e serviços médicos legais do Brasil.
- 1.2) Perícias e documentos médicos legais. Peritos.

Unidade 2 - Antropologia Forense

- 2.1) Identidade: identificação e seus processos, identificação no vivo, no cadáver e no esqueleto.
- 2.2) Determinação médica legal da idade.

Unidade 3 - Traumatologia Forense

- 3.1) Causalidade do dano: Lesões corporais. Legislação. Perícia no vivo. Resposta aos quesitos. Exames subsidiários e complementares.
- 3.2) Lesões produzidas por ação ou instrumentos contundentes.
- 3.3) Lesões produzidas por instrumentos cortantes e cortocontundentes.
- 3.4) Lesões produzidas por instrumentos perfurantes e perfuro-cortantes.
- 3.5) Lesões produzidas por instrumentos perfuro-contundentes. Noções de balística.
- 3.6) Lesões produzidas pelo calor e pelo frio, queimaduras, insolação, intemperação e congelamento. Temperatura corporal. Lesões produzidas pelas explosões. Carbonização.
- 3.7) Lesões produzidas pela eletricidade, som, luz, raios de Röntgen, substâncias radioativas, pressão atmosférica.
- 3.8) Asfixias em Medicina Legal. Classificação, sinais gerais. Enforcamento, estrangulamento e espanadura.
- 3.9) Asfixias por sufocação. Oclusão dos orifícios das vias aéreas, obstrução das vias aéreas, compressão torácica, soterramento e confinamento.
- 3.10) Afogamento e asfixias por gases.
- 3.11) Lesões produzidas por energias de ordem química. Agressivos químicos - cáusticos.
- 3.12) Noções gerais de toxicologia. Envenenamento em casos de homicídio, suicídios e acidentes. Venenos, penetração, absorção e eliminação. Marcha geral da perícia toxicológica. Necropsia em casos de envenenamento.
- 3.13) Causa jurídica da morte, homicídio, suicídio e acidentes, diagnóstico diferencial. Exame de local de morte. Investigação de manchas e secreções. Investigação de pelos.

Unidade 4 - Sexologia Forense

- 4.1) Sexologia Forense - conceito e importância.
- 4.2) Estados intersexuais. Determinantes do sexo. Hermafroditismo verdadeiro, pseudo hermafroditismo masculino e feminino. Aplicações médico legais.
- 4.3) Transtornos do instinto sexual sobre o ponto de vista médico legal. Biologia orgânica da sexualidade. Sexo psicológico. Desenvolvimento psicosexual.
- 4.4) Casamento e impedimentos matrimoniais; exame pré-nupcial. Anulação do casamento. Separação judicial. Divórcio. Perícias.
- 4.5) Sedução e estupro. Atentado violento ao pudor. Ultraje público ao pudor.
- 4.6) Contágio venéreo.
- 4.7) Perversões sexuais.
- 4.8) Gravidez, parto e puerpério. Exames laboratoriais. Inseminação artificial. Meios anticoncepcionais.
- 4.9) Aborto sob o ponto de vista médico-jurídico. Perícias.
- 4.10) Infanticídio. Conceito. Perícias.
- 4.11) Investigação de paternidade. Modalidade de perícias na prática forense.

Unidade 5 - Infortunística

- 5.1) Infortunística Teoria do risco. Acidentes do trabalho, doenças profissionais e de trabalho. Simulação. Perícias no acidentado e no local do trabalho. Aplicação das tabelas para avaliação do dano. Legislação.

Unidade 6 - Psicopatologia Forense

- 6.1) Limites e modificadores da responsabilidade penal e da capacidade civil. Biológicos, psicopatológicos, psiquiátricos, mesológicos e legais.
- 6.2) O problema médico legal da embriaguez. Questões referentes ao estatuto dos funcionários públicos, aos códigos penal, civil, penal militar, do trânsito e lei das contravenções penais.
- 6.3) Psicoses exotóxicas. a) Embriaguez alcoólica. Embriaguez patológica. Alcolismo crônico. Delírio alcoólico. Delírio de ciúme. Epilepsia alcoólica. Delirium tremens. b) Toxicomanias. Morfomania. Cocainomania. Barbiturismo. Maconhismo. Anfetaminas. Cloreto de etila. Alucinógenos. Delirantes. As toxicomanias e a lei.
- 6.4) Psicologia do testemunho. Falibilidade da prova testemunhal. O falso testemunho voluntário e suas causas. Formação e deformação do testemunho. Fases do testemunho. Tipos de testemunhas. Depoimento infantil, dos velhos, psicopatas e debeis mentais. A mitomania. Depoimento e sexo, profissão e cultura. Depoimento do moribundo. Catatímia. Técnica e crítica do testemunho. Narração livre, interrogatório e processo misto.
- 6.5) A confissão. Perícia de credibilidade; psicológica, fisiológica e sensorial. A acareação. O soro da verdade. O hipnotismo. A psicanálise. As provas de associações. Polígrafos.
- 6.6) Psiquiatria clínica e psiquiatria forense. Doenças mentais. A linguagem dos códigos.
- 6.7) Psicoses. Psicoses infecciosas. Psicose puerperal. Estados pós-infecciosos. Psicoses devidas e sífilis. Psicoses endotóxicas. Psicoses gravídicas. Psicoses por lesões cerebrais. Psicoses traumáticas. Demência senil. Arteriosclerose cerebral. Esquizofrenias. Parafrenias. Paranóia. O problema do filho único. Psicose maniaco depressiva. Intervalo lúcido de loucura. Psicoses mistas e associadas. Psicoses psicogênicas.
- 6.8) Oligofrenias.
- 6.9) Epilepsias. Grande mal. Equivalentes epiléticos. Psicose epilética. O caráter do epilético.
- 6.10) Neuroses. Estados histéricos de conversão. Estados ansiosos. Estados fóbicos. Estados compulsivos. Estados neurastênicos. Organoneuroses. Neuroses traumáticas.
- 6.11) Personalidades psicopáticas. Classificação. Da proteção à pessoa e aos bens dos psicopatas. Incapacidade relativa dos psicopatas.
- 6.12) Periculosidade dos psicopatas e doentes mentais.
- 6.12) Simulação, dissimulação, presimulação, supersimulação e metasinulação da loucura.

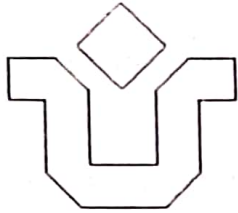
Unidade 7 - Tanatologia Forense

7.1) Necrópsia médico legal: sua obrigatoriedade em todos os casos de morte violenta ou suspeita. Relatório e respostas aos quesitos. Determinação da causa da morte e assinalamento de todos os elementos que possam esclarecer a causa jurídica da morte.

7.2) Tanatologia. Conceito e estudo da morte. Premoriência e comorência. Problemas judiciais. Questões relativas à posse do cadáver e a utilização de tecidos e órgãos humanos para fins médicos.

7.3) Putrefação e processos transformativos especiais do cadáver. Data da morte. Exumações para fins judiciais.

7.4) Lesões em vida e lacerações depois da morte. Reações vitais. Exames histológicos e físico-químicos subsidiários.



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

PRÁTICA FORENSE II

Código: HDP 031

Carga horária: 60H.

Créditos: 04

PROGRAMA

1. Jurisdição
2. Competência
3. Processo de conhecimento (ordinário, sumaríssimo)
4. Processo de execução
5. Processo cautelar
6. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária e contenciosa
7. Petições iniciais, respostas, provas, sentenças
8. Recursos
9. Incidentes processuais

BIBLIOGRAFIA

- CASTRO FILHO, José Olympio de. *Prática Forense*. R.J., Forense, 1988-1989.
- COMENTÁRIOS AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. São Paulo : Forense.
- GRINOVER, Ada Pellegrine. *Novas tendências do direito processual*. R.J. : Forense.
- ROTEIRO PRÁTICO DE AÇÕES. S.P. Saraiva.
- SOUZA, Gelson Amaro. *Do valor da causa*. S.P. : Sugestões Literárias.
- TEMAS DE DIREITO PROCESSUAL. Organizados por Barbosa Moreira. S.P., Saraiva.

Disciplina : FILOSOFIA DO DIREITO.

CÓDIGO: HJF029

a) Justificativa.

A filosofia "geral", e a filosofia do direito em particular, não gozam na atualidade do prestígio que tinham no passado. O sucesso da "vague scientiste", dominante nos distintos campos do conhecimento, acabou por reduzir o estudo do direito a um "tecnicismo", isto é, um saber cuja função imediata e manifesta é de ordem técnica: conhecer o conteúdo dos textos (as normas jurídicas) em vigor. Porém, este tipo de conhecimento, "positivista" e "eficaz", requer, para completar plenamente a sua função, na formação dos juristas de um conhecimento mais teórico que integre uma reflexão sobre a natureza, os fundamentos e a finalidade do direito.

Entretanto, a filosofia do direito, para não tornar-se à filosofia "pura" deve incorporar aspectos da experiência humana (da qual o direito é uma manifestação) e indagar questões que suscita o fenômeno jurídico enquanto experiência normativa. Assim, entendemos que o objeto de estudo desta disciplina deve incorporar problemas e delimitar um campo de discussão suscetíveis dessa dupla abordagem : teórica-especulativa e fenomenológica-normativa. Ao incluirmos em nosso programa de filosofia do direito o estudo da temática dos DIREITOS HUMANOS e sua verificação jurídica (a nível normativo-internacional), procuramos, a aplicação deste tipo de investigação. Como também que a disciplina cumpra com um de seus objetivos principais (que a caracterizam) na formação de juristas : o compromisso destes com direitos, ideais e valores éticos, que sirvam como bússola do conhecimento (e aplicação) "técnico-positivista" do direito.

b) Objetivo.

Constituirá objetivo do programa o estudo dos direitos humanos. O programa será desenvolvido através da reflexão e discussão relativa aos fundamentos teóricos e justificações ideológicas da noção, tendo como marco de referência instrumentos jurídicos

normativos, que se tornaram paradigmáticos na história legislativa internacional da Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, num primeiro momento (a título introdutório), pretendemos demonstrar a necessidade de uma reflexão teórico-filosófica sob o conceito de direitos humanos. Num segundo momento, centraremos nosso estudo nas distintas correntes ideológico-filosóficas do pensamento jurídico, político e moral, toda vez que as mesmas aparecem modeladas (adquirem forma) nos documentos ou instrumentos jurídicos internacionais de direitos humanos da ONU.

c) Metodologia de trabalho e Avaliação dos Alunos.

O desenvolvimento da disciplina far-se-á através de aulas expositivas a cargo do professor e de exposições, montadas pelos alunos, aonde serão expostos e debatidos os diferentes tópicos que compõem o programa.

A avaliação levará em conta a participação dos alunos nas aulas, e principalmente, a exposição oral do tópico que escolherão, como também, a redação de um trabalho monográfico (individual) sobre algum dos temas do programa. No caso de não obter a média exigida nas duas avaliações (oral e escrita) (7,0), o aluno deverá se submeter a uma prova final sob uma ou outra modalidade dependendo das notas obtidas (a mais baixa) nas respectivas avaliações. Em qualquer das duas situações, o aluno poderá ser argüido sobre um ou vários tópicos que integram o conteúdo do programa, e também, sobre o tema escolhido no trabalho monográfico.

d) Conteúdo do Programa.

- Tópico i: Fundamentação e/ou Positivização dos direitos humanos ?
- Tópico ii: Corrente Liberal. Os direitos humanos enquanto liberdades individuais e civis; os indivíduos como 'sujeitos de direitos' 'contra o Estado'.
- Tópico iii: Corrente Iusnaturalista. Os direitos humanos enquanto atributos ou prerrogativas inerentes à natureza humana
- Tópico iv: Corrente Democrática. Os direitos humanos enquanto liberdades políticas. Os indivíduos como 'cidadãos' 'no Estado'.

85

- Tópico v: Corrente Utilitarista. Os direitos humanos enquanto instrumentos ou meios para a realização do bem estar geral ou utilidade comum.
- Tópico vi: Corrente Historicista. Os direitos humanos enquanto expressão do espírito objetivo.
- Tópico vii: Corrente Tradicionalista. Os direitos humanos enquanto resultado dos hábitos e da costume.
- Tópico viii: Corrente Socialista. Os direitos humanos enquanto liberdades materiais; os indivíduos ou grupos de indivíduos entanto 'clientes' ou 'dependentes' 'através do Estado'.
- Tópico ix: Corrente Humanista. Os direitos humanos enquanto 'dignitás': valor ou respeito da persona humana.

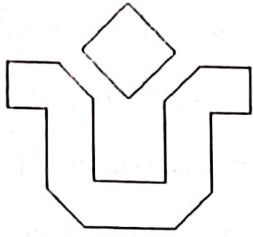
e) Textos jurídicos internacionais.

- 1º) Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948)
- 2º) Pacto Internacional dos Direitos Civis e Politicos (ONU, 1966 em vigor desde 1976)
- 3º) Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ONU, 1966 em vigor desde 1976)
- 4º) Declarações de direitos humanos de Teerã e de Viena (ONU, 1968 e 1993).

f) Bibliografia.

As resenhas bibliográficas serão subministradas aos alunos, com antecedência, durante o transcurso do curso. Será adotado como método de leitura : o "exegético", é dizer, entender os diversos autores e pensadores (inscritos nas distintas correntes) através de uma leitura atenta de suas obras - trechos mais relevantes - que serão escolhidos, no obstante isto, também procuraremos o apoio em outras leituras "interpretativas" das mesmas.

+



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

SEMINÁRIO II

Código: HDP 005

Carga horária: 60H.

Créditos: 04

PROGRAMA

- 1 - Direito do Trabalho - sua natureza jurídica. Autonomia e relações do Direito do Trabalho. Empregado. Empregador. Grupo econômico ou industrial. Empresa. Estabelecimento. Relação de trabalho. Vínculo empregatício.
- 2 - Justiça do trabalho. Organização. jurisdição e Competência. Órgãos da Justiça do Trabalho. Sua composição e funcionamento. O Ministério Público junto à justiça do trabalho. O vocalato.
- 3 - Contrato de Trabalho. Emprego. Natureza Jurídica. Limites à autonomia individual no contrato de trabalho. Prova do contrato de trabalho. Obrigações decorrentes do contrato de trabalho. Duração do contrato. Tempo de serviço. Períodos descontínuos. Sucessão.
- 4 - Processo de trabalho: conceito, ação, relação processual, pressupostos processuais e condições da ação. Atos e termos processuais. Prescrição. Decadência.
- 5 - Alterações do contrato de trabalho. Suspensão e interrupção do contrato. Rescisão contratual: por iniciativa do empregado/ por iniciativa do empregador. A justa causa. Consequência da rescisão. Aviso prévio. Indenização.
- 6 - Processo do trabalho: a audiência de conciliação e julgamento. As juntas de conciliação e julgamento. O funcionamento das secretarias. Os juízos de Direito como órgãos de administração da justiça do trabalho nas localidades não compreendidas na jurisdição das Juntas de conciliação e julgamento. A petição inicial. Das partes e procuradores. Do preposto.

87

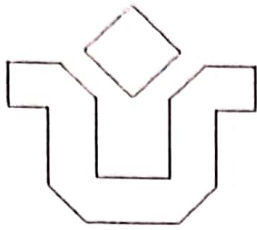
- 7 - Salário e remuneração. Elementos integrantes do salário. Salário mínimo. Conceito. Processo de fixação. Obrigatoriedade e irrenunciabilidade. Salário profissional.
- 8 - Processo do trabalho: a audiência de conciliação e julgamento. Compensação. Reconvenção. Exceção. Nulidades. Ação Consignatória.
- 9 - Medidas de proteção ao salário. Equiparação salarial. Gratificação Natalina. Empregado doméstico. trabalhador rural. O autônomo. A previdência social.
- 10 - Processo do trabalho: fase de instrução. Prova. Depoimento pessoal. Prova testemunhal, documental, pericial. O princípio da oralidade no processo trabalhista.
- 11 - Estabilidade. Conceito. Natureza Jurídica. Aquisição. Falta grave. Inquérito e autorização para dispensa do empregado. Incompatibilidade e indenização em dobro. Culpa recíproca. Demissão irregular. Reintegração. F.G.T.S.
- 12 - Ônus da prova. Revelia. Confissão. Arquivamento. A fase de conciliação. A conciliação como elemento fundamental no processo do trabalho e na composição dos interesses levados a juízo.
- 13 - Jornada de trabalho. Limitação do tempo de trabalho. Fundamentos e objetivos. Trabalho noturno. Trabalho extraordinário. Trabalho insalubre. Repouso semanal remunerado e feriados. Férias. Aquisição do direito de férias. Período e gozo das férias não concedidas.
- 14 - Da sentença e de sua eficácia. Do princípio da recorribilidade das sentenças. Da alçada. Valor da causa. O direito processual comum como fonte subsidiária do direito processual do trabalho.
- 15 - Trabalho da mulher. Trabalho do menor. Duração e condições especiais de trabalho. Bancários. Telefonistas. Cabineiros. O atleta profissional. Artistas e congêneres.
- 16 - Recurso ordinário. O Tribunal Regional do Trabalho. Do andamento do processo na instância regional. Julgamento. Acórdão. Da ação declaratória.

17 - O sindicalismo. Direito de associação. O estado e o sindicato. Pluralidade e unidade sindical. Autonomia e liberdade sindical. A contribuição sindical. Fundamentos. Incidência e arrecadação. Estabilidade provisória do dirigente. O representante dos empregados. (art. 11, CP)

18 - Recurso de Revista. O Tribunal Regional do Trabalho. Regimento interno. Do andamento do processo na instância superior. Julgamento. Acórdão. Enunciados das Súmulas do TST.

19 - Direito Coletivo do Trabalho. Contrato coletivo. O dissídio coletivo. O direito de greve. Conceituação de greve. O "lock out". Consequências na relação de emprego.

20 - Agravos. Embargos. Mandado de segurança. Ação rescisória. Processo de execução. Sentença líquida e ilíquida. Embargos à execução. Agravo de petição.



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

HABILITAÇÃO ESPECÍFICA I

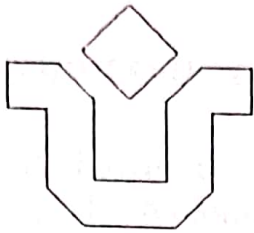
Código: HDP 034

Carga horária: 60H.

Créditos: 04

PROGRAMA

- I - EVOLUÇÃO DO CONCEITO DA PENA DESDE O SURGIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE; A APLICAÇÃO DE LEI PENAL NO BRASIL
- II - PENAS, FILOSOFIA, LIMITES, ALTERNATIVAS, PERSPECTIVAS
- III - CRIMES CONTRA A PESSOA
- IV - CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO
- V - CRIMES CONTRA OS COSTUMES



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Código: HDP 033

Carga horária: 60H.

Créditos: 04

PROGRAMA

MÓDULO I - Introdução ao Direito do Comércio Internacional. As instituições e organismos do Comércio Internacional.

1. Introdução ao Direito do Comércio Internacional

1.1 Objeto e extensão do direito do comércio internacional.

1.2 História do direito internacional privado e do direito do comércio internacional.

1.3 Fontes do direito do comércio internacional: nomes de conexão e reenvio, tratados, "lex mercatoria".

1.4 As regras da CCI e da UNCITRAL.

1.5 A posição do direito brasileiro face às regras do comércio internacional.

2. As instituições e Organismos do Comércio Internacional

2.1 A liberalização do comércio internacional e a nova ordem econômica internacional; o papel do Brasil face à nova ordem internacional e perspectivas para o futuro.

2.2 Organismos regionais: CEE, Nafta, Mercosul, Aladi (a sua constituição jurídica, as normas que os regem, reflexos jurídicos destes organismos no direito brasileiro e nas atividades das empresas brasileiras de comércio internacional).

2.3 Organismos internacionais: GATT/OMC (a sua constituição jurídica, as normas que os regem, reflexos jurídicos desses organismos no direito brasileiro e nas atividades das empresas brasileiras e de comércio internacional.)

MÓDULO II - Os agentes do comércio internacional

1. As Empresas

- 1.1 As formas jurídicas
- 1.2 A nacionalidade
- 1.3 O reconhecimento das empresas estrangeiras pelo direito brasileiro e das empresas brasileiras pelo direito estrangeiro
- 1.4 A legislação aplicável às empresas e às suas atividades
- 1.5 As empresas multinacionais
- 1.6 JOINT-VENTURES, consórcios e outras formas de exercício agrupado do comércio internacional

2. Os Estados

- 2.1 O exercício direto da atividade comercial dos estados e o problema das imunidades
- 2.2 Atividade normativa dos estados e o seu reflexo sobre as empresas e as atividades do comércio internacional

MÓDULO III - Contratos Internacionais

1. Princípios gerais dos contratos internacionais

- 1.1 A formação dos contratos
- 1.2 Execução dos contratos
- 1.3 A determinação da lei aplicável
- 1.4 A substância e os efeitos dos contratos
- 1.5 Os contratos eletrônicos como nova modalidade dos contratos internacionais

2. Contratos de importância para o Comércio Internacional

- 2.1 A compra e venda internacional
- 2.2 O COUNTER-TRADE
- 2.3 O transporte internacional de mercadorias
- 2.4 O seguro

MÓDULO IV - Finanças internacionais

1. As instituições financeiras internacionais

- 1.1 As instituições públicas: Banco Mundial, FMI, Clube de Paris
- 1.2 As instituições privadas: os bancos e as bolsas internacionais
- 1.3 Países especialmente voltados para o comércio e para as finanças internacionais: os centros financeiros "off-shore"

2. As operações financeiras internacionais

2.1 As operações financeiras ligadas à exportação e importação; o crédito documentário e as operações de câmbio

2.2 Os empréstimos internacionais, empréstimos externos no Brasil, repasse de moeda estrangeira e operações com a dívida externa brasileira

2.3 Operações de colocação de títulos no exterior, IDR/ADR, eurobônus, swaps, securitização, hedge

MÓDULO V - A Proteção Jurídica da Liberdade de Concorrência no Comércio Internacional

1. Aspectos Internacionais do Direito da Concorrência

1.1 A legislação antitrust norte-americana e da União Européia

1.2 A legislação brasileira sobre a liberdade de concorrência

2. Subsídios e Direitos Compensatórios (definição, finalidade, origem histórica)

2.1 Subsídios: entidades outorgantes; tipos de subsídios; subsídios admissíveis e proibidos; dano; produtos similar

2.2 Direitos Compensatórios: natureza; valor do direito anti-dumping; duração; retroatividade; aspectos processuais

3. Dumping e Direitos Anti-dumping (definição, finalidade, origem histórica)

3.1 Dumping: valor normal; preço de exportação; produtos similar; dano

3.2 Direito anti-dumping: natureza; valor do direito anti-dumping; duração; retroatividade; aspectos processuais

MÓDULO VI - Aspectos Fiscais do Comércio Exterior

1. Os países especialmente voltados para o comércio exterior: os paraísos fiscais

2. A tributação na exportação

2.1 Imposto sobre produtos industrializados; imposto sobre a circulação de mercadorias; imposto sobre a renda; imposto sobre serviços (competência, fato gerador, incidência, base de cálculo, alíquotas, responsabilidade tributária, situações especiais; isenção e redução)

2.2 COFINS, Finsocial e PIS

2.3 Tarifas aeroportuárias e taxas portuárias

3. A tributação na importação

3.1 Imposto sobre a importação; imposto sobre operações de crédito; câmbio; seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários; imposto sobre produtos industrializados e imposto sobre a circulação de mercadorias (competência, fato gerador, incidência, base de cálculo, alíquotas, responsabilidade tributária, situações especiais; isenção e redução)

3.2 Adicional ao frete para renovação da marinha mercante

3.3 Tarifas aeroportuárias e taxas portuárias

4. Regimes aduaneiros especiais

4.1 Trânsito aduaneiro

4.2 Admissão temporária

4.3 Exportação temporária

4.4 Entrepasto aduaneiro, entreposto industrial

4.5 Draw-back

4.6 Depósito especial alfandegado, depósito afiançado, depósito franco, depósito aduaneiro de distribuição, depósito alfandegado público

4.7 Zona Franca de Manaus

4.8 Zonas de processamento de exportação

4.9 Areas de livre comércio

MÓDULO VII - A Resolução dos conflitos decorrentes do Comércio Internacional

1. Soluções Judiciais

1.1 A definição do foro competente

1.2 Foro de eleição e "forum shopping"

1.3 A aplicação de legislação estrangeira pelo juiz do foro

1.4 A influência das normas de ordem pública e das regras processuais do local do foro na substância do contrato

1.5 O reconhecimento e a execução das decisões judiciais estrangeiras

2. Soluções Não Judiciais

2.1 A arbitragem comercial internacional

2.1.1 As convenções internacionais

2.1.2 A arbitragem institucionalizada e a arbitragem ad-hoc

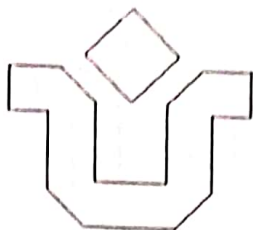
2.1.3 A cláusula e o compromisso arbitral

2.1.4 O procedimento arbitral

2.1.5 O laudo arbitral e sua homologação

2.1.6 O reconhecimento e execução de laudo arbitral estrangeiro

2.2 A negociação e a conciliação



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

SEMINÁRIO III

Código: HDP 006

Carga horária: 60H.

Créditos: 04

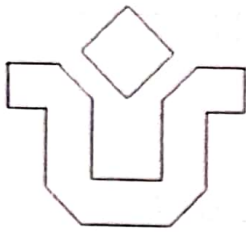
PROGRAMA

1. Estudo da teoria geral das obrigações
2. Conceitos fundamentais sobre modalidades das obrigações
3. Efeitos das obrigações
4. Inexecução das obrigações
5. Outros institutos

BIBLIOGRAFIA

- MIRANDA, Pontes de. *Tratado do direito privado*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1971 - 1984.
- PEREIRA, Caio Maria da Silva. *Instituições de direito civil*. Rio de Janeiro : Forense, 1985 - 1990.
- RUGGIERO, Roberto de. *Instituições do direito civil*.

95



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREITO INTERNACIONAL

Código: HDP 032

Carga horária: 60H.

Créditos: 04

PROGRAMA

1. Sociedade Internacional

1.1 Ordem Jurídica na Sociedade Internacional descentralizada

2. Direito Internacional

2.1 Noções Gerais

2.2 Fundamentos

2.3 Evolução histórica

2.4 Teorias em confronto

3. Normas Internacionais. Fontes

3.1 Tratado

3.1.1 Artes, procedimento, natureza das normas, execução no tempo, execução no espaço.

3.1.2 Entendimento do fenômeno convencional.

Conceito, terminologia e finalidade.

Atores e efeitos jurídicos. Base instrumental: troca de notas.

3.1.3 Produção. Competência negocial. Negociação Bilateral e coletiva. Estrutura do Tratado.

3.1.4 Expressão do consentimento. Assinatura ratificação pressupostos constitucionais. Acordos executivos procedimento parlamentar, reservas, vício do consentimento.

96

3.1.5 Entrada em vigor.

Sistemas: vigência contemporânea, vigência diferida
registro e publicidade, incorporação ao direito interno,
promulgação e publicação no Brasil.

3.1.6 Tratado em vigor.

Efeitos sobre as partes e terceiros.
Duração. Adesão. Emendas. Violação.
Interpretação. Conflito entre os Tratados.

3.1.7 Extinção do Tratado.

Vontade: comun, unilateral.
Denúncia e direito interno.
Mudança circunstanciais.
Jus-cogens.

4. Formas Extraconvencionais de expressão do Direito Internacional

4.1 Costume

Elementos. Prova. Relação com o Tratado.
Codificação. Fundamentos: de validade de norma costumeira e do costume
(doutrina e a Corte).

4.2 Princípios Gerais do Direito.

Significado Especial. Entendimento extensivo. Natureza Jurídica.
Autonomia.

4.3 Atos Unilaterais. Controvérsia. Ato e norma. Decisões das Organizações Internacionais. Nomenclatura. Eficácia. Natureza Jurídica. Autonomia.

5. Instrumentos de Interpretação e Compensação

5.1 Jurisprudência e doutrina.

5.2 Analogia e equidade.

5. Personalidade Internacional

6.1 Classificação, reconhecimento, sucessão, direitos, deveres, restrições, intervenção, coletividades não estatais.

6.1.1 Território de Estado (domínio terrestre), modos de aquisição.

6.1.2 Imunidade jurídica estatal (funcionários internacionais).

6.1.3 Dimensão pessoal do Estado (nacionalidade, estatuto da igualdade)

6.1.4 Condição jurídica do estrangeiro (entrada, naturalização, direito e deveres, expulsão)

6.1.5 Extradicação

6.1.6 Asilo

6.1.7 Proteção internacional dos direitos humanos
(normas aplicáveis)

6.2 Organizações Internacionais

Teoria Geral.

Espécies.

6.3 Responsabilidade Internacional.

Elementos.

Proteção diplomática.

Consequências

7. Domínio Público Internacional

7.1 Regiões Polares

7.2 Águas Internacionais

7.3 Mar Territorial

7.4 Plataforma Continental

7.5 Zona Contígua

7.6 Alto-mar e a conservação dos seus recursos

8. Conflitos Internacionais

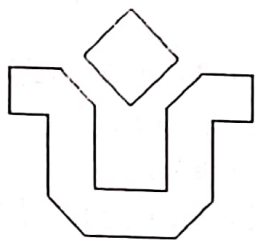
8.1 Soluções através dos meios diplomáticos, meios políticos e meios judiciais
(arbitragem, solução judiciária)

8.2 Guerra frente ao Direito Internacional contemporâneo

8.2.1 Direito anterior à proscricção da guerra

8.2.2 Evolução da norma proibitiva

8.2.3 Direito superveniente à guerra



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA

Código: HJF0030

Carga horária: 60 h./aula

Créditos: 04

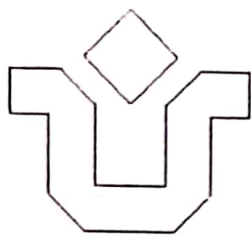
PROGRAMA

1. O Conhecimento Científico
 - 1.1 Epistemologia e o conhecimento científico
 - 1.2 Conhecimento científico e universo da pesquisa
 - 1.3 O conhecimento científico hoje: pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.
2. O Conhecimento Jurídico e a Metodologia Científica
 - 2.1 Ciência e conhecimento jurídico
 - 2.2 Objeto do conhecimento jurídico e metodologia de investigação científica
 - 2.3 A relevância da pesquisa qualitativa
3. O Domínio da Pesquisa Jurídica: sua inserção no campo das Ciências Sociais Aplicadas
 - 3.1 A questão metodológica: métodos e abordagens
 - 3.2 Fontes de pesquisa
 - 3.3 Elaboração de hipóteses de pesquisa
 - 3.4 Pesquisa jurídica e Sociologia do Direito
4. A Construção de Projetos de Monografia
 - 4.1 Conceito de monografia
 - 4.2 A escolha do tema
 - 4.3 Técnicas de elaboração de projeto de monografia
 - 4.4 Projeto de monografia e metodologia da pesquisa bibliográfica
 - 4.5 Tratamento das partes pré-textuais, textuais e pós-textuais da monografia

Bibliografia

1. ACKOFF, Russel. Planejamento da pesquisa social. São Paulo: Herder, 1989.
2. BEAU, Michel, Arte da tese: como preparar e redigir uma tese de mestrado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
3. BRUYNE, Paul et al. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais; os polos da prática metodológica. 5. es. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1990.
4. CARBONNIER, Jean. Sociologia Jurídica. Coimbra : Almedina, 1991.

5. CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortes, 199.
6. DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortes/Autores Associados, 1991.
7. LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica, 3. ed. revista. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
8. MINAYO, Maria Cecília de Souza, org. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 6.ed.Petrópolis: Vozes, 1996.
9. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico: diretrizes para o trabalho científico na universidade. São Paulo: Cortez e Moraes, 1995.
10. WOLKMER, Antonio Carlos . Introdução ao pensamento jurídico crítico. São Paulo : Acadêmico, 1990.



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

HABILITAÇÃO ESPECÍFICA II

Código: HDP 035

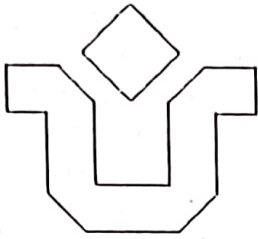
Carga horária: 60H.

Créditos: 04

PROGRAMA

- I - REFORMA NA LEGISLAÇÃO CRIMINAL; OS ÚLTIMOS ANTEPROJETOS; INTERPRETAÇÃO; MOMENTO POLÍTICO; A CONSTITUIÇÃO DE 1988
- II - A PROTEÇÃO AOS "NOVOS DIREITOS"; MINORIAS
- III - A PROTEÇÃO À ORDEM ECONÔMICA E AO CONSUMIDOR
- IV - A PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
- V - A LEI DE TÓXICOS
- VI - O CONTROLE DAS FUNÇÕES PÚBLICAS
- VII - O MEIO AMBIENTE
- VIII - COMUNICAÇÃO, COMPUTADORES E CONTROLE
- IX - ÉTICA E CRIME

101



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

SEMINÁRIO IV

Código: HDP 007

Carga horária: 60H.

Créditos: 04

PROGRAMA

I - INTRODUÇÃO

- 1.1 - Origem dos contratos
- 1.2 - Função social dos contratos

II - INTERVENÇÃO DO ESTADO NOS CONTRATOS

- 2.1 - A concepção clássica do contrato
- 2.2 - A intervenção do Estado na economia
 - 2.2.1 - no direito do consumo
 - * consumidor
 - * fornecedor
 - * produtos/serviços
 - * relações contratuais no direito do consumo (cláusulas contratuais gerais; contratos de adesão; proteção contratual ao consumidor)
 - * aspectos de responsabilidade civil contratual
 - 2.2.2 - no direito da concorrência
- 2.3 - A evolução dos contratos à luz da intervenção do Estado na economia
- 2.4 - Dirigismo contratual
 - 2.4.1 - outros exemplos de dirigismo contratual
 - * contrato de seguro
 - * transporte aéreo
 - * outros (jogo e aposta, p. ex.)
- 2.5 - Os limites à intervenção do Estado nos contratos

III - ASPECTOS ATUAIS DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS CLÁSSICAS

- 3.1 - Pacto comissório
- 3.2 - Retrovenda
- 3.3 - Pacto de melhor comprador

IV - MODERNAS ALTERNATIVAS PARA SOLUÇÃO DOS CONFLITOS CONTRATUAIS

- 4.1 - Utilização de negociação
- 4.2 - Utilização da mediação
- 4.3 - Utilização de arbitragem

102

V - ESTUDO DE ALGUNS CONTRATOS ATÍPICOS

- 5.1 - O problema da integração dos contratos atípicos na ordem jurídica
- 5.2 - Contrato de publicidade e merchandising
- 5.3 - Engeneering
- 5.4 - Factoring
- 5.5 - Agência
- 5.6 - Forfaiting
- 5.7 - Shopping Centers
- 5.8 - Know-how e Transferência de Tecnologia
- 5.9 - Capitalização
- 5.10 - Desportivos

VI - MODERNOS ASPECTOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA, João Batista de. A proteção jurídica do consumidor. SP, Saraiva, 1993.

AMARAL, Jr. Alberto do. Proteção do consumidor no contrato de compra e venda. SP, Ed. RT, 1993.

BITTAR, Carlos Alberto (coord) Contornos atuais da teoria dos Contratos. SP, Ed. RT, 1993.

BRITTO, Maria Helena. O Contrato de Agência in Novas Perspectivas do Direito Comercial. Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, Coimbra, Livraria Almedina, 1988.

BULGARELLI, Waldirio. Contratos Mercantis. SP, Ed. Atlas, 1979.

DINIZ, Maria Helena. Tratado Teórico e Prático dos Contratos. SP, Saraiva, 1993.

LOBO, Paulo Luiz Neto. Condições Gerais dos Contratos e Cláusulas Abusivas. SP, Saraiva, 1991.

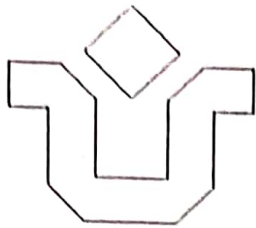
MARTINS, Fran. Obrigações e Contratos Comerciais. RJ, Forense.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. RJ, Forense, 1993.

WALD, Arnoldo. Obrigações e Contratos. SP, Ed. RT, 1994.

------(coord.) Os contratos de Adesão e o controle das cláusulas abusivas. SP, Saraiva, 1991.

------(coord.) Os contratos atuais da Teoria dos Contratos. SP, Ed. RT, 1993.



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO (UNI-RIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

MONOGRAFIA

Código: HDP 036

Carga horária: 60H.

Créditos: 04

PROGRAMA

OBJETIVOS

Ao término do semestre letivo, os alunos em fase final de conclusão do Curso (condição básica para sua inscrição na disciplina) estarão aptos a

- (1) utilizar as Normas de Documentação da ABTN referentes à elaboração de trabalhos monográficos; e
- (2) elaborar um trabalho monográfico de forma correta, tanto do ponto de vista do conteúdo (texto), como do ponto de vista de sua apresentação física, procurando inserir o seu tema e enfoque dentro de uma das linhas de pesquisa definidas pela Escola de Ciências Jurídicas.

ORIENTAÇÃO BÁSICA

A carga horária da disciplina deverá ser cumprida da seguinte maneira:

- 15 horas destinadas à orientação teórica individual, por parte do professor responsável;
- 45 horas reservadas à realização do trabalho monográfico, sob a supervisão do seu respectivo orientador realizada no âmbito da Escola.

Os alunos e professores orientadores terão sempre em vista as normas que constam no Regulamento para Elaboração da Monografia Final de Cursos de Graduação do Centro de Ciências Humanas da UNI-RIO (Ordem de Serviço nº 006/GD/CCH, de 09 de maio de 1995).

Em atenção ao art. 6º do referido Regulamento, os temas escolhidos pelos alunos deverão inserir-se nas seguintes linhas de pesquisa (considerando os seus desdobramentos básicos):

1104

1) Cidadania e Democracia

Direitos Humanos
Participação e justiça social
Estado e mecanismos de controle
Questões de gênero e de minorias

2) Interesses Coletivos e Novos Direitos

Direito do Consumidor
Interesses difusos
Meio ambiente, ecologia
Questão agrária e população indígena

3) Direito Econômico e do Trabalho

Poder Judiciário e ordem econômica
Economia informal
Trabalho e democracia

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1- A delimitação do tema da Monografia final
- 2- Quadro teórico e procedimentos metodológicos utilizados
- 3- Pesquisa bibliográfica
- 4- Estrutura do trabalho monográfico:
 - 4.1 - elementos pré-textuais
 - 4.2 - elementos textuais
 - 4.3 - elementos pós-textuais

BIBLIOGRAFIA

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia científica**. 17 ed. São Paulo : Atlas, 1994.

THOMPSON, Augusto. **Manual de orientação para preparo de monografias**. 3. ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1995.

105